



FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS – PPHPBC  
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS

## **Estado Nação em perspectiva: sua construção no Oriente Médio e perspectivas no atual momento do Sistema Mundo**

João Guilherme Benetti Ramos

Trabalho submetido ao  
Programa de Pós-Graduação em  
História, Política e Bens Culturais (PPHPBC)  
Para obtenção do título de Mestre  
Linha de Pesquisa: Relações Internacionais  
FGV CPDOC

Orientador: Prof. Dr. Jan Oliver Della Costa Stuenkel

Rio de Janeiro  
2019

JOÃO GUILHERME BENETTI RAMOS

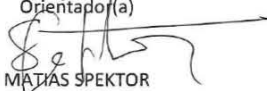
**"ESTADO NAÇÃO EM PERSPECTIVA: SUA CONSTRUÇÃO NO ORIENTE MÉDIO E PERSPECTIVAS NO ATUAL  
MOMENTO DO SISTEMA MUNDO".**


dissertação apresentado(a) ao Curso de Mestrado em História, Política e Bens Culturais do(a) Centro de  
Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil para obtenção do grau de Mestre(a) em  
História, Política e Bens Culturais.

Data da defesa: 04/10/2019

**ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA**

**Presidente da Comissão Examinadora: Prof<sup>o</sup>/a JAN OLIVER DELLA COSTA STUENKEL**

  
JAN OLIVER DELLA COSTA STUENKEL  
Orientado(a)  
  
MATIAS SPEKTOR  
Membro Interno

  
FERNANDO LUZ BRANCOLI  
Membro Externo

Instrução Normativa nº 01/19, de 09/07/19 - Pró-Reitoria FGV

Em caso de participação de Membro(s) da Banca Examinadora de forma não-presencial\*, o Presidente da Comissão Examinadora  
assinará o documento como representante legal, delegado por esta I.N.

\*Skype, Videoconferência, Apps de vídeo etc

Ramos, João Guilherme Benetti

Estado Nação em perspectiva: sua construção no Oriente Médio e  
perspectivas no atual momento do Sistema Mundo / João Guilherme Benetti  
Ramos. – 2019.  
68 f.

Dissertação (mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio  
Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.  
Orientador: Jan Oliver Della Costa Stuenkel.  
Inclui bibliografia.

1. Estado Nacional. 2. Teoria do Estado. 3. Estado. I. Stuenkel, Oliver. II.  
Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Programa de Pós-  
Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 320.1

# Sumário

<b><i>Introdução – Os fins do Estado.....</i></b>	<b><i>1</i></b>
<b>Objetivo Central .....</b>	<b>7</b>
Objetivos Específicos:.....	8
<b>Organização do trabalho.....</b>	<b>9</b>
<b><i>Capítulo 1 - Estado: características e paradigmas.....</i></b>	<b><i>11</i></b>
<b>Poder: existência e exercício .....</b>	<b>18</b>
<b>O objeto dentro do sistema .....</b>	<b>19</b>
O Sistema Internacional .....	20
<b>Transformação do mundo .....</b>	<b>21</b>
<b>O controle da violência.....</b>	<b>24</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>25</b>
<b><i>Capítulo 2 - A construção dos Estados modernos no Oriente Médio.....</i></b>	<b><i>28</i></b>
<b>Introdução .....</b>	<b>28</b>
<b>Conflito de Forças como formador do Estado.....</b>	<b>29</b>
<b>Um sistema de Estados independentes.....</b>	<b>30</b>
<b>Do califado à independência .....</b>	<b>34</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>36</b>
<b><i>Capítulo 3 - O Estado na política de segurança dos Estados Unidos nos anos 2000 .....</i></b>	<b><i>39</i></b>
<b>O neoconservadorismo: guia de ação para a intervenção.....</b>	<b>41</b>
<b>As respostas dos EUA ao mundo.....</b>	<b>43</b>
<b>Neoliberalismo e Neoconservadorismo em disputa .....</b>	<b>45</b>
<b>A soberania na agenda internacional dos Estados Unidos.....</b>	<b>47</b>
<b>Soberania até onde? .....</b>	<b>48</b>
<b>O Estado dentro de um sistema unilateral .....</b>	<b>49</b>
O Afeganistão .....	51
Iraque: projeto para um farol do liberalismo em uma região conturbada .....	52
Expectativas e problemas relacionados ao Iraque .....	54
Síria .....	55
<b>Conclusão .....</b>	<b>57</b>
<b><i>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</i></b>	<b><i>60</i></b>
<b><i>REFERÊNCIAS e BIBLIOGRAFIA CONSULTADA .....</i></b>	<b><i>63</i></b>

**Resumo:**

O Estado é reconhecidamente uma entidade básica para a organização do sistema internacional. Entretanto o debate teórico das relações internacionais, sobretudo após o fim da Guerra Fria, tem enfrentado a necessidade de pensar a funcionalidade e transformação desta estrutura. Levando em consideração que o Estado é um objeto inserido em um sistema, portanto sua existência sendo pautada pelas funções que possui neste ambiente, este trabalho busca analisar que transformações podem impactar a existência do Estado. Ao analisar o impacto da política de potências hegemônicas, especialmente sobre a formação tardia de Estados-nação no Oriente Médio, este trabalho pretende compreender a influência de estruturas externas e os significantes históricos dos processos de formação de Estados. Por fim, uma revisão da política de defesa dos Estados Unidos da América a partir da administração George W. Bush (2002-2007) permite dialogar com casos práticos para compreender os efeitos do debate teórico realizado.

**Palavras-chave:** Estado Nacional, Estado, Teoria do Estado

## **Introdução – Os fins do Estado**

Seria possível conceber o mundo sem a presença do Estado-nação? Ou que houvesse uma ordem internacional que não necessariamente se baseasse em sua presença e ingerência sobre o mundo?

Caso isto se confirmasse, seria necessário também compreender se esta nova arquitetura é uma resposta a configuração do mundo em que vivemos ou tão somente serve aos interesses de alguém. O historiador inglês Eric J. Hobsbawm<sup>1</sup> (2005) discute em sua obra a maneira como enxergamos as nuances e características de nossa civilização. Não é comum que pensemos sobre algumas coisas presentes ao extremo em nosso cotidiano e, às vezes temos a impressão que elas sempre estiveram em seus lugares e sempre estarão. Não nos questionamos sobre os valores e algumas instituições, quanto tempo elas existem e quanto podem durar.

Este trabalho dedica-se a analisar o Estado, usando da escolha de interpretá-lo enquanto objeto dentro de um sistema. Esta tem por objetivo analisar as transformações que ocorrem no ambiente onde convivem Estados de uma maneira mais profunda, permitindo usar das experiências históricas e da rotina dos intercâmbios produzidos entre eles para compreender fenômenos da atualidade.

Para tal, analisa-se o sistema internacional por seus princípios ordenadores, os efeitos que estes possuem sobre a maneira como as relações entre os distintos atores que compõe o mesmo, bem como as características adquiridas pelo Estado por meio da história e em relação com outros atores.

Tendo em vista que os Estados-nação são uma construção histórica e que uma eventual transformação no sistema internacional passa por escolhas políticas, bem como pela interpretação das mesmas, e buscando um caso que fosse representativo do momento histórico atual, estudo o caso do Iraque, a possibilidade da degradação do

---

<sup>1</sup> HOBBSAWM, Eric, J. 2005

Estado e suas consequências para o Oriente Médio e, em um âmbito mais amplo, para as relações internacionais.

O Iraque possui uma presença em dois momentos-chave das transformações políticas globais. Este emerge enquanto Estado-nação moderno ao fim da Primeira Guerra Mundial. A instauração do mandato britânico, que, devido à ação dos Estados Unidos na Conferência de Paris, limitou a criação de estruturas administrativas subservientes como novas colônias, levou a construção de um Estado iraquiano autônomo.

A criação do modelo de mandato no país, com uma elite que foi transportada para dentro do Estado iraquiano apresentou-se como alternativa. A criação de um “um reino fraco e recém-independente seria mais simples para controlar do que um mandato intranquilo.”<sup>2</sup>

Assim, o Iraque esteve presente em centralidade da ascensão dos Estados Unidos como potência mundial até uma das mais graves crises políticas e de legitimidade enfrentadas pelo país, da qual ainda não está totalmente claro como o desfecho será. Dois momentos de mudança profunda onde o Iraque participa, de maneira voluntária ou não, em posição central. Também o processo que o Iraque vive após a invasão produzem questionamento sobre a possibilidade de recuperação de um Estado e o que ameaça a sua integridade, todos estes elementos o tornam um caso exemplar para tratar estas questões.

O processo político que levou ao tratado de Vestefália, de 1648, inaugurou os conceitos de Estado-nação e da soberania e independência estatal, tratando de dar uma centralidade ao Estado. Até os dias de hoje esse é o modelo de organização que perseverou entre os Estados e tem sido a referência para o tratamento entre as Nações. Tal tratado entende o *Estado* como a unidade do sistema internacional e que a relação se dá entre eles, sem ingerência externa entre uns e outros, sendo os diferentes Estados indivíduos do sistema internacional.

---

<sup>2</sup> STUENKEL, Oliver. **Post-Western World** - How Emerging Powers are Reshaping Global Order. Cambridge: Polity Press, 2016, p. 58.

O mundo em que vivemos pode ser interpretado como um processo que possui ciclos, através da avaliação de Giovanni Arrighi<sup>3</sup>. Tais ciclos são compostos por dois períodos de acumulação que terminam em duas situações de crise: o primeiro é relacionado a expansão material e o segundo a expansão financeira. Ao fim destes dois ciclos se chega a uma crise de transição marcada pela transferência da maior parte do capital do centro da dominação para um novo centro. A crise de 2008 é para o autor uma marca de declínio, ainda que não seja um consenso entre muitos grupos o que virá a seguir, é visível que estamos em uma fase mudança, ainda que não se saiba ao certo qual será o efeito disso para o sistema.

O Estado da maneira como o conhecemos e também o sistema internacional que está em seu entorno fortalecem-se desses processos de acumulação e crise, apontados por Arrighi, ainda que exista neles uma contradição, que está ligada a quanto os Estados conseguem ser independentes se o fluxo de capital beneficia em termos de poder o centro que o acumula. Segundo Immanuel Wallerstein:

Um sistema é capitalista se a dinâmica essencial da atividade social é a acumulação infinita de capital. Isto às vezes é chamado de lei do valor. Nem todo mundo, é claro, é necessariamente motivado a se engajar em tal acumulação, e sem dúvida somente poucos são capazes de fazê-lo com sucesso. Mas um sistema é capitalista se aqueles que se envolvam em tais atividades tendem a prevalecer a médio prazo sobre aqueles que seguem outras dinâmicas. A acumulação infinita do capital requer em troca uma permanente e crescente modificação do todo, e um sistema-mundo capitalista deve mostrar uma tendência nesta direção, a qual o sistema-mundo moderno certamente faz.<sup>4</sup>

Outro ponto apontado pelo autor é a chamada “cadeia das commodities”, está mais do que expressar uma linha de suprimentos sustenta a divisão do trabalho a nível global e com isso reduz a oposição de outros grupos. O controle dessa cadeia de recursos representa assim um modo de manter a dominação, aquele que está no centro deve controlar os recursos de modo a ter influência sobre a economia e a produção do mundo.

O século de dominação dos Estados Unidos da América, ou a dominação de uma forma geral, precisa mais do que a questão dos recursos para ser explicada, como

---

<sup>3</sup> ARRIGHI, Giovanni. **Il Lungo XX Seccolo** Denaro, Potero e le Origini del Nostro Tempo – Milão:Il Saggiatori, 2014.

<sup>4</sup> WALLERSTEIN, Immanuel. **The End of the World as We Know it**: Social Science for the Twenty-first Century, University of Minnesota Press: London, 2004. p. 57.



trata Joseph S. Nye, é necessário mais do que o poder econômico, também é preciso possuir a força e a influência. De acordo com Nye, “quando a China ultrapassar os Estados Unidos no total da produção econômica, não testemunharemos automaticamente o fim do Século Americano se consideramos as três dimensões do poder econômico, militar e *Soft Power*”<sup>5</sup>. Além disso, o controle de recursos, dentre eles o petróleo, garantiria o controle até das potências militares que necessitam deste para funcionar. Portanto, os Estados Unidos podem utilizar do ponto de força no qual dificilmente serão iguais para manter-se à frente do mundo.

Atores infra ou transnacionais (dentre os quais o exemplo que possui mais espaço na mídia recentemente é o Estado Islâmico, que declarou no ano de 2015 a intenção de comandar um califado que ocuparia regiões que hoje reconhecemos como parte do Iraque e da Síria) não possuem o mesmo interesse de manutenção que um Estado-nação normal, não sendo possível esperar a mesma racionalidade. Não existe compromisso por parte de um grupo com tais características (Estado Islâmico) em preservar um território, garantir a vigência de uma legislação ou ainda de proteger a população. Havendo estabelecido no momento de seu apogeu poderosas conquistas militares, não chegou em momento algum a equiparar-se com o poder de potências estatais, tampouco foi reconhecido por nenhum outro Estado. Atendendo à uma necessidade reconhecida pela organização de estabelecer uma base territorial para poder lançar sua campanha de ataque ao que interpretam como ameaça ao Islã.<sup>6</sup>

Mas como os demais países do mundo, com atenção especial para os Estados Unidos da América e as demais potências do Ocidente tem se envolvido nestas questões? Até então, qualquer expectativa de falência do Estado foi rapidamente acudida pelos demais Estados ou mecanismos que estes criaram, de maneira a prover ajuda financeira e de meios para garantir a existência de uma contraparte com a qual fosse possível dialogar, isto constitui mesmo um preceito básico de envolvimento por parte das Nações Unidas, caso contrário configurando uma invasão.

O modelo de ingerência externa que é justificado pela política de segurança que segue-se ao 11 de setembro, usualmente denominado *Liberal Statebuilding* visa o estabelecimento na prática de uma estrutura social que possa prover à população de

---

<sup>5</sup> NYE, Joseph S. **Is the American Century Over?** New York: Polity Press, 2015. p. 22

<sup>6</sup> STERN, Jessica; BERGER, J. M. **Isis** The State of Terror. Nova Iorque: Harper Collins, 2015. p.

determinada localidade que ainda não a possua “o desenvolvimento de um contrato social liberal e instituições estatais liberais, sociedade civil e redistribuição da renda, individualismo e autonomia política”.<sup>7</sup> Estes princípios estão baseados no papel da potência central e de outras instituições em promover o equilíbrio do sistema Internacional ao aplicar a retórica de que atitudes ou práticas internas dos Estados são elemento de preocupação mais ampla se produzem uma ameaça para a comunidade internacional.

Os meios para tal buscam dirigir-se às dinâmicas internas de um Estado, sobretudo um que seja considerado “oferecer uma resposta orientada à modernização dessas dinâmicas no contexto da construção de um Estado neoliberal via estratégias exógenas de intervenção e condicionalidade”<sup>8</sup>. Neste aspecto, desenvolve um “papel disciplinador (...) via o estabelecimento de um Estado neoliberal”<sup>9</sup>.

Hoje alguns desses Estados declaradamente <sup>10</sup> não controlam parcelas expressivas de seus territórios, sem poder garantir a mínima proteção para os seus cidadãos e o funcionamento de sua máquina pública. Tampouco é possível identificar Forças Armadas organizadas atuando de uma maneira centralizada e as Forças estrangeiras não possuem segurança ao atuar diante de um inimigo pulverizado entre a própria população, ainda mais quando este se dispõe ao sacrifício máximo da própria vida visando infligir dano. O ciclo de dominação atual pode haver chegado a seu momento de crise ou transição, mas saída não é tão simples quanto parece.

E se no atual estágio da acumulação capitalista esta ferramenta do controle político tenha passado a ser muito cara ou tenha sido superada? Um Estado subordinado representa um custo muito alto não importando o modelo político que este adote, se este é uma ditadura há que arcar com os custos inerentes a corrupção e ao pagamento dos seus déspotas, sendo ele um Estado democrático é necessário pagar impostos ou outros custos inerentes a manutenção do Estado e da população. Isto sem contar com a manutenção de Exércitos e demais gastos agregados, como a possível deflagração de

---

<sup>7</sup> RICHMOND, Oliver P. **Failed State building** New Haven: Wale University Press, 2014. p. 204

<sup>8</sup> STERN, Jessica; BERGER, J. M. **Isis The State of Terror Nova Iorque**: Harper Collins, 2015. p. 203

<sup>9</sup> Ibidem, p. 203

<sup>10</sup> Em depoimento para a agência de notícias Reuters, o governo do Iraque afirmou que o Estado Islâmico controla cerca de 14% do território declarado pelo Iraque como sob sua responsabilidade. Fonte: <http://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-iraq-islamicstate-idUSKCN0Y21MY> - Acessado em: 14. Set. 2016.

uma operação militar mais abrangente para corrigir alguma empreitada política que não agrade a metrópole, vide a atuação dos Estados Unidos durante a Operação “Enduring Freedom”, nas duas operações Tempestade no Deserto e o protagonismo da França no ataque a Líbia de Muammar Gadaffi, por exemplo. Neste sentido, como em uma linha de produção, é possível eliminar os custos otimizando as etapas ou reduzindo os processos e mecanismos que abundam.

Em seu grau mais avançado, esta política produz zonas de guerra civil onde não há capacidade para controle estatal, as forças estrangeiras ou privadas controlam as zonas de produção de recursos estratégicos, também um pretense governo local mantém uma limitada capacidade de gestão do território que proclama possuir, sendo o conceito de território associado, e sua capacidade de controle e de posse, a existência do Estado.

Com efeito, a guerra no Iraque surgiu em um momento de crise econômica e política dentro dos Estados Unidos e de acordo com alguns teóricos como David Harvey, estes fatores combinados levaram ao investimento da guerra contra o Iraque e esta deve ser observada em um panorama maior que é relativo a geopolítica do Oriente Médio e ao controle da cadeia de recurso mais importante atualmente, que é a do petróleo. Segundo Harvey: “quem controlar o Oriente Médio, controlará a torneira global do petróleo, e quem controlar a torneira global do petróleo poderá controlar a economia global, pelo menos por um futuro próximo.”<sup>11</sup> Desta forma também será possível controlar o poderio militar, extremamente dependente do petróleo para sua operação e para a produção, isso poderia significar que enquanto existam as reservas de petróleo o seu controle implica na manutenção do poder.

Também a Guerra do Iraque é o marco da institucionalização de uma política de segurança construída por tomadores de decisão através da análise da posição na qual encontrava-se a potência dominante do mundo, seu manteve-se integra superando a Guerra Fria e naquele momento ainda revisava sua posição frente ao mundo.

Fundamento em elementos discursivos, ideológicos e analíticos que argumentavam em favor da manutenção do equilíbrio global, trazendo uma centralidade para atuação dos Estados Unidos como garante deste equilíbrio, esta análise política também traz como resultado a relativização da soberania, interpretando

---

<sup>11</sup> HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014. P.19

capacidade, senão necessidade das potências intervir em Estados que julgam estar menos estruturados ou produzir ameaças (por meio de ação ou retórica) devem ter a soberania relativizada.

Para ganhar “personalidade legal, um Estado deve provar soberania positiva, uma habilidade para controlar um determinado e estável território geográfico”<sup>12</sup>. Outro elemento é o processo político e administrativo, que visava produzir uma transformação profunda em uma dinâmica política construída por meio da interação entre distintos grupos políticos locais.

Avaliar a situação do Iraque, do planejamento da política que levou à invasão, seu planejamento e posterior execução é um exercício necessário para compreender nosso tempo, como salientam em sua obra David Harvey<sup>13</sup>, Tariq Ismael<sup>14</sup>, Toby Dodge<sup>15</sup> e outros autores. Este esforço demandou vários elementos, dentre eles lidar com questões vinculadas à soberania e ao papel do Estado. Como a possibilidade do uso da força para reformar estruturas políticas de outros Estados é necessário debater os efeitos desta política.

## Objetivo Central

Da maneira como se constrói o nosso sistema mundial, levando em conta as redes de relações e a importância que assume o controle das matérias-primas para garantir não só para maximização do lucro, mas a manutenção da própria ordem do poder a nível mundial, entender o caso da dissolução do Estado iraquiano atual, pretende-se analisar se o Estado passou a ser um mecanismo demasiado obsoleto e se sua degradação corresponde a necessidade da maximização do lucro e manutenção da estrutura de poder mundial.

A interpretação deste novo paradigma provém de várias facetas de análise, tanto de autores como Vicent Cable, que entendem os efeitos das transformações regionais produziram uma situação onde há uma diminuição do poder decisório dos Estados nacionais. O processo de globalização, entendido como algo orientado em grande

---

<sup>12</sup> DODGE, Toby. **Inventing Iraq** The Failure of Nation-building and history denied. p. XIII

<sup>13</sup> HARVEY, David. *Op. Cit.*

<sup>14</sup> ISMAEL, Tariq Y. *Op. Cit.*

<sup>15</sup> DODGE, Toby, *Op. Cit.*

parcela pelo setor privado, produz um “desvio no lócus da tomada de decisão não somente do Estado para atores transnacionais, mas também do governo nacional para o setor privado.”<sup>16</sup>

A diminuição de controle sobre os capitais financeiros e remoção de barreiras para entrada de bancos e capitais reduzem o que Wallerstein<sup>17</sup> considera uma das funções mais básicas do Estado, que seria regular o meio de produção, trânsito de mão de obra e recursos no sistema internacional.

Susan Strange, por sua vez, defende a visão de que as opções do Estado “frente a um ambiente internacional que passa por transições é afetado pelo fluxo de ideias e de crenças que atravessam fronteiras e por organizações não-estatais”<sup>18</sup>. Estados menos desenvolvidos estão particularmente sujeitos à essa ação, sobretudo por parte de companhias estrangeiras em seu território.

Analisando o que pode apresentar-se como um paradigma de crescente fragilidade e perda da capacidade decisória do Estado sobre as questões políticas dentro de seu território, que implicaria em uma transformação do sistema internacional ou seria o efeito da mesma. Por conta disto, este trabalho busca alcançar os seguintes objetivos:

### ***Objetivos Específicos:***

- I. Compreender se a degradação do Estado em certas regiões pode chegar a ser irreversível, assim como seus efeitos a longo prazo a nível regional e global.
- II. Esclarecer a dinâmica de poder envolvida, buscando visualizar se este processo representa uma situação de um sistema acêntrico ante um conflito ou se este constitui um projeto político dominante.

---

<sup>16</sup> CABLE, Vincent The Diminished Nation-State: A Study in the Loss of Economic Power. **Daedalus**, Vol. 124, No. 2, What Future for the State? (Spring, 1995), p. 37.

<sup>17</sup> WALLERSTEIN, Immanuel. *Op. Cit.*

<sup>18</sup> STOPFORD, John M, STRANGE, Susan, **Rival Firms** Competition for World Market Shares. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1991. p. 20

## **Organização do trabalho**

Visando construir por meio da pesquisa instrumentos e uma análise que permita dirigir-se aos elementos das questões levantadas nos objetivos deste trabalho, os capítulos são organizados de forma a suprir a compreensão dos aspectos teóricos ligados ao Estado, sua função no sistema internacional e a atual conjuntura.

Seguida análise da formação do Iraque enquanto Estado-nação moderno e os elementos estruturais que advém disso. Finalmente, dirigir-se ao processo decisório da invasão e reconstrução do país, os elementos da política externa dos Estados Unidos e as escolhas que foram feitas por seus tomadores de decisão.

Desta maneira, este trabalho visa apresentar uma revisão sobre a produção teórica relativa à centralidade e o papel do Estado enquanto entidade organizadora do sistema internacional, bem como elementos transformadores desta realidade.

O Estado, desta maneira, é entendido enquanto um objeto que possui significado inserido em um sistema e com uma funcionalidade específica com relação ao meio que está inserido. Desta forma, mudanças na dinâmica de relação entre os atores ou de necessidades no sistema onde insere-se o objetivo observado podem levar à transformação de sua estrutura.

A motivação para este trabalho advém de buscar compreender os efeitos das políticas de segurança implementadas pela potência hegemônica, os Estados Unidos da América, do princípio do século XXI.

No Capítulo 1, é apresentada uma discussão teórica da função do Estado e de sua composição. Levando em consideração que os Estados são entes construídos a partir das experiências históricas e da dinâmica social ocorrida em seu interior. Para tal é necessária uma análise dos elementos que compõe o debate teórico sobre o Estado, bem como o que compõe esta entidade e a finalidade que possuem.

O Capítulo 2 dedica-se a revisão histórica do processo de construção tardia dos Estados-nação modernos e sobretudo sua inserção dentro do sistema internacional no Oriente Médio.

O Capítulo 3 busca apresentar uma perspectiva sobre a influência das potências hegemônicas sobre a ordem mundial e a estruturação dos Estados, tratando da política

de segurança implementada pelos Estados Unidos que culminou nas operações de *Liberal Statebuilding* e na atuação do país a partir dos atentados de 2001.

Trazendo análises dos casos de Afeganistão, Iraque e Síria, Estados que sofrem influência de processos de intervenção com fundamentos e resultados distintos. Avaliar casos que enfrentaram processos específicos motivados pela mesma política e visão sobre a estrutura do Estado trouxe esclarecimentos profundos sobre a relevância das instituições estatais e seus processos de formação.

Foi possível observar ao decorrer deste trabalho, que ainda que ocorra por um período, sobretudo o imediatamente posterior ao fim da Guerra Fria, em que o debate sobre as relações internacionais tratou o fim do Estado como um elemento paradigmático provável. Analisar o processo histórico subsequente e sobretudo as escolhas feitas pela potência hegemônica foi necessário para entender as transformações do sistema internacional.

Atravessando este processo, chegamos a conclusões valiosas quanto ao processo de intervenção internacional e seu impacto sobre as estruturas estatais. Motivado por questões que estavam vinculadas diretamente com elementos estruturais, como a cadeia de commodities e a divisão do trabalho internacional, me deparei com elementos vinculados a organização da Força e dos interesses políticos no interior de determinados territórios. Para assim compreender como o Estado permanece sendo relevante nos dias atuais.

# Capítulo 1 - Estado: características e paradigmas

Qualquer estudante de Relações Internacionais certamente deparou-se ao ingressar na faculdade com uma afirmação, que seria proximamente algo a que “as relações internacionais são relações entre Estados”. Ainda que a presença e a influência de outros atores sejam amplamente levadas em conta pela disciplina, os Estados são sempre levados em conta senão como a unidade básica, pelo menos como o ator mais ativo e presente nas Relações Internacionais. De uma forma ou de outra, pensar o sistema internacional sem conseguir distanciar da figura do Estado, sendo esta “...uma parte integral de como os acadêmicos percebem o objetivo de suas pesquisas.”<sup>19</sup>

Um dos desafios com os quais me deparei ao começar a estruturar este trabalho foi de buscar uma definição clara para um conceito tão recorrentemente usado na literatura da disciplina. O próprio conceito de “Paz” ou de “Equilíbrio”, é associado a existência do Estado e vislumbrando uma possível mudança no sistema, é necessário que se observe também o processo pelo qual o Estado passa e se existe a possibilidade de haver uma mudança em sua presença, acarretando mudanças na estrutura do próprio sistema internacional.

Uma vez que não é possível pensar na degradação de uma entidade sem traçar os mínimos contornos do que esta representa, é preciso elucidar no processo de pesquisa e para o leitor o que compõe esta mesma. Sendo este estudo dedicado a lidar com a possibilidade do desaparecimento ou mesmo uma condição de debilidade do Estado, parece-me necessário compreender qual seria o traçado mais básico de um Estado existente e coeso. Ou, em outras palavras, o que é o mais básico do necessário para que o Estado seja considerado um Estado.

Um caso que chama particular atenção para analisar a questão do enfraquecimento do Estado. O país enfrentou uma série de fenômenos de desestruturação de sua estrutura interna. Após a invasão pela coalizão liderada pelos Estados Unidos em 2003, a capacidade de manter a integridade das instituições que

---

<sup>19</sup> SCHMIDT, Sebastian. To Order the Minds of Scholars: The Discourse of the Peace of Westphalia in International Relations Literature. **International Studies Review**, Vol. 12, No. 2 (June 2010), pp. 193-217.



antes existiam foi muito baixa, fazendo o país mergulhar em uma situação caótica que culminaria em uma guerra civil.

Para poder vislumbrar o efeito que ocorre com este ator e a importância que isso acarreta ao sistema como um todo, faz-se necessário dedicar um espaço neste trabalho para delimitar o que é compreendido como Estado e os fatores que o compõe, explorando a vasta literatura existente com relação a composição das forças políticas dentro do Estado. Para poder responder como estas convivem, de maneira a compor o Estado ou atualmente, como estas poderiam chegar a decompor o Estado em muitas regiões.

A qualidade usualmente atribuída dentro das Relações Internacionais ao Estado como um ator dotado de consciência e capacidade de ação nos leva a pressupor algumas capacidades internas e externas do mesmo. Sendo ator com capacidade de agir e defender sua legitimidade a nível internacional, este possui algumas prerrogativas que derivam destas características, como uma capacidade de interação entre as entidades de Estado que o permitem garantir ordem e estabilidade para seus cidadãos.

Estas são compostas desde a esfera produtiva, como salienta Immanuel Wallerstein ao tratar do papel enquanto entidade organizadora tanto dos fluxos de capital, de mão de obra ou na organização da cadeia de matérias-primas<sup>20</sup>. Bem como garantir o equilíbrio por meio da relação entre os distintos Estados.

Garantir essa estabilidade interna é um requisito para um bom funcionamento da esfera internacional, pensar que a sociedade internacional é composta através da relação entre os Estado pressupõe que estes tenham capacidade de posicionar-se como atores e que tenham uma coerência mínima que não seria possível se estes não fossem estruturados internamente. Cumprir com estes pressupostos garante ao Estado possuir reconhecido dos demais, caso não consiga alcançar este equilíbrio

O Estado, sobretudo o que pensamos como o Estado-nação, termina por ser definido em condições mais do que ele realmente é, para poder realizar esse trabalho é necessário delimitar que não se compreende um Estado por uma estrutura coesa em termos de língua, política, religião ou etnia, já que estes elementos frequentemente

---

<sup>20</sup> WALLERSTEIN, Immanuel. **World System Analysis Introduction** An Introduction. London: Duke University Press, 2004.

terminam por parecer uma composição básica. Entretanto, o Estado moderno provou ser uma entidade que coordena dentro de si as tarefas primordialmente mais básicas para garantir o interesse comum da população que vive em seu interior, ainda que possam existir outras entidades que possam influenciar nos fatores econômicos ou na tomada de decisão dentro do Estado, para operar em seu interior estes devem ao menos submeter a essa estrutura de decisões ou as leis que regem seu âmbito interno. Para fazer cumprir essas regras, o Estado precisa ser dotado de mecanismos que os tornem mais capazes que quaisquer grupos em seu interior.

Mais do que a realização de determinados serviços, como regular a economia e garantir direitos, que também compõe tarefa do Estado, o que o caracteriza é a legitimidade que este possui frente a outros atores para sobreviver de maneira coesa. Este exercício da legitimidade produz efeitos mais profundos, sendo esta capacidade que garante ao sistema equilíbrio.

Para Max Weber, o Estado deve ser definido pelas características que o tornam particular mais do que por qualquer outra, atividades que sejam exercidas exclusivamente por ele e que, dessa forma, lhe confirmem uma característica única. O Estado moderno, como aclara Weber em sua obra, pode ser caracterizado como “...uma forma de domínio que conseguiu de maneira exitosa estabelecer um monopólio legítimo da força física como meio de governo em um território particular”<sup>21</sup>, para alcançar essas condições deve concentrar as condições materiais de poder na mão daqueles que são as lideranças e possuem maior capacidade controle do funcionamento da estrutura do Estado.

Um Estado se compõe por um território definido, com fronteiras claras e um código de leis que o faça cumprir neste território determinado. Para tal, se fazem necessários elementos anteriormente mencionados, para que haja uma lei e que o desenho das fronteiras deste Estado permaneça como tal, este deve possuir condições materiais de manter a ordem e proteger sua integridade, questões que estão vinculadas diretamente ao monopólio da Força.

---

<sup>21</sup> WEBER, Max. Politics as Vocation. In: Gerth, H. H. and Mills, Wright C. **From Max Weber: Essays in Sociology**, pp. 77-128, New York: Oxford University Press, 1946. p. 77

Para compreender como tal papel é exercido no cenário internacional, é preciso reler o que levou a Paz de Vestefália e aos seus desdobramentos. Este processo político é avaliado como a pedra fundamental para o reconhecimento do Estado como uma autoridade autônoma e como um agente que conhecemos atualmente, os desdobramentos deste estão refletidos posteriormente na relevância que o Estado ganha para o equilíbrio do sistema internacional. A grande novidade produzida por esse tratado político foi reconhecer cada Estado como uma entidade soberana e para tal limitar a ingerência externa em seu interior, mas principalmente para o equilíbrio de uma ordem internacional.

Sendo assim, este é uma entidade dotada de soberania, dentro do território por este governado, segundo Immanuel Wallerstein, o Estado trouxe em si a novidade de uma soberania que é inerente a entidade, permitindo pela primeira vez haver criações de ideologias que produzissem organização de massas. Para o autor, houve uma transformação sem precedente, uma vez que com a predominância do Estado “o povo passava a ser o verdadeiro soberano”<sup>22</sup> e havia a transferência dessa legitimidade a uma entidade que era maior que um único indivíduo, sendo assim esse mecanismo permitia que a continuidade política não estivesse vinculada a uma vontade individual, com participação massiva e que foi a base necessária para o estabelecimento da ordem liberal.

Antes do Estado, a soberania residia no governante, que dava razão e aplicava suas prerrogativas políticas, ao mudar-se o governante, com o surgimento e a propagação do Estado a soberania se transfere para uma hierarquia mais distanciada de interesses individuais. Ainda que como explane Guehenno, haja uma permanente porosidade para os interesses, que nos dias de hoje são representadas por mecanismos como lobby e representantes de interesses diversos de classe<sup>23</sup>. Ainda que para o autor este represente uma distorção do esquema político decisório, principalmente pela ingerência externa, que ocorre quando grupos estrangeiros influem em outro Estado, é parte da visão que Weber possuía de uma disputa pelos meios materiais de cada Estado para seu controle.

---

<sup>22</sup> WALLERSTEIN, Immanuel. Liberalism and Legitimation of Nation State: An Historical Interpretation. **Social Justice**, Vol. 19, N. 1 (47), World Order, Power and Politics in the 1990's, pp. 22-33.

<sup>23</sup> GUEHENNO, Jean Marie. **La fin de la démocratie**. Flammarion: Paris, 1993. p. 40

O modelo atual, da estrutura do sistema interacional, oferece o Estado como um ator dotado tanto de autonomia, quanto como o instrumento que torna possível o exercício da cidadania, através do qual seus cidadãos podem participar em graus maiores ou menores dessa estrutura de controle dos meios materiais do poder.

Esta perenidade é necessária para pensar como funcionam as Relações Internacionais, atribuindo aos Estados a capacidade de ser representantes de seus interesses e construir relações entre si, agindo de maneira dita racional, quase como indivíduos. A ordem atual das relações diplomáticas ou mesmo da regulação do uso da força ao nível internacional recaí nas capacidades construídas pelo diálogo entre Estados.

Claramente, há uma série de capacidades de poder que podem ser exercidas por um Estado, elas são, entretanto, exclusividade destes? De fato, aponta Susan Strange, há uma série de capacidades que o Estado possui que não são exclusivas e podem muitas vezes ser melhor exercidas por outros atores, como o controle das atividades econômicas. Empresas permanecem com grande ingerência sobre o Estado, mas é a “...criação de autoridade política – Estado – as quais impuseram certa hierarquia de produção na sociedade”<sup>24</sup> que se reflete na cadeia de produção, estruturas estas que permitem a organização da produção e o acúmulo das riquezas geradas nesse processo.

Estas características geram uma estabilidade de interação dos atores que produzem um espaço de estabilidade para que outras entidades funcionem, tomando o exemplo do mercado que é abordado por Strange, é verdade que o Mercado e as empresas terminam por possuir uma influência maior sobre algumas políticas e o funcionamento de certos setores da economia, porém é impossível pensar um sistema econômico que não funcione com base em uma moeda e que não possua por base a garantia de um Estado. Este sendo quem possui definitivamente as garantias materiais que podem alicerçar este modelo econômico e sua universalidade, sendo necessário não só para a estabilidade do modelo político, bem como para a estabilidade do modelo de acumulação existente.

---

<sup>24</sup> STRANGE, Susan. **The Retreat of State** - The Diffusion of Power in the World Economy. Cambridge University Press: New York, 2003.

Mesmo quando as agências de avaliação levam em conta a viabilidade de uma companhia ou de um investimento, este está atrelado ao desempenho de um Estado e sua capacidade para manter estabilidade, bem como certas garantias para que as empresas que nele se baseiam funcionem. Ainda que certas formas de produção e acumulação menos dependentes de uma base nacional tenham emergido com o passar dos anos, mesmo estas precisam ter seguras suas reservas, ou acabam enfrentando restrições de legislação para operar em certos países, devendo ceder se desejam entrar neste território.

Elementos como língua, religião e etnia são frequentemente levantados como aspectos necessários para a coesão de um Estado. De fato, estes possuem grande ligação com a vida cotidiana e também vários elementos, como a cidadania e a aceitação geral das obrigações com o Estado, seja cumprir um determinado código de leis; pagar impostos ou servir as Forças Armadas para proteger sua integridade.

Porém, são necessários para sua existência? É notório, ao longo da história que experiências de Estados que não possuem uma única religião, idioma, identidade nacional ou racial lograra manter uma coesão política, como é o caso da Índia, enquanto Estados que contavam com uma forte identidade nestes elementos, como foi o exemplo da República Árabe Unida (1958-1971)<sup>25</sup>, não foram capazes de superar outras diferenças políticas e terminaram por não conseguir sustentar a sua unidade.

O modelo europeu de Estado-nação ganhou proeminência na consolidação dos demais Estados que os seguiram, na forma que já havia sido apresentada na criação da identidade em países como a França ou a Grã-Bretanha. A “inteligência política dos criadores reside em criar alianças e compromissos sociais capazes de mobilizar forças em suporte”<sup>26</sup>.

No caso dos Estados europeus, “a dimensão linguística ganhou uma força excepcional, a qual possivelmente constituiu a nação enquanto conquista social”<sup>27</sup>. Também ressalta Fukuyama que a identidade não existia enquanto “problema nas

---

<sup>25</sup> DEVLIN, JOHN F. The Baathi Party Rise and Metamorphosis. *The American Historical Review* Vol. 96, No. 5 (Dec, 1991), pp. 1396-1407.

<sup>26</sup> AMIN, Samir. **Capitalism in the Age of Globalization**: The Management of Contemporary Society. Nova Iorque: Zed Books, 2014.

<sup>27</sup> AMIN, Samir Ibidem p. 66.

sociedades pré-modernas”<sup>28</sup>, havendo nos países Europeus uma divisão de identidade vinculada à produção agrária que separava a sociedade em divisões vinculadas a este tipo de espaço produtivo.

O processo de modernização traz uma complexidade tanto das relações econômicas quanto da comunicação. O advento da imprensa permitiu a divulgação de livros e comunicação em língua vernácula de forma ampla. Este processo aliado ao advento da indústria trouxe uma mobilidade distinta a que era conhecida.

A organização do trabalho levou ao deslocamento das massas às cidades ou outras regiões do país para trabalhar na indústria. Consequentemente, a “mobilidade social impulsionada pela expansão da divisão do trabalho imediatamente abriu a questão da identidade de forma aguda”<sup>29</sup>.

No caso específico do Pan-arabismo, culminando com o projeto do general Gamal Abdel Nasser e sua materialização mais clara na união do Egito e da Síria sob a bandeira de uma nação árabe, houve o resgate do mito de um passado glorioso e a tentativa de traçar via a identidade linguística e étnica uma proximidade entre os povos.

A curta experiência de um Estado onde foram abolidas as identidades locais em prol de uma cidadania ampla na ideia de ser árabe teve uma existência curta, enfrentando uma separação decorrente do desentendimento entre as elites do Partido Ba’ath, que haviam acordado a união entre os países.

Dentre os Estados-nação, mesmo os mais consolidados ou tidos como referência no Ocidente, a variedade destes elementos apresentou-se sem grandes prejuízos, é necessário um vínculo de nacionalidade, mas este reside muito mais em que os cidadãos entendam-se como pertencentes a esse espaço, este elemento só se dá através de uma “combinação única de fatos históricos, e não se reduz jamais a um aspecto racial, social ou religioso”<sup>30</sup>, o Estado fundamentado na noção de nacionalidade constitui “um lugar de uma história comum, de infortúnios comuns, de dídivas comuns. É um lugar de um destino compartilhado”<sup>31</sup> e dentro destas fronteiras precisas se constitui esse tipo de

---

<sup>28</sup> FUKUYAMA, Francis. **Political Order and Political Decay**: From the Industrial Revolution to the Globalization of Democracy Nova Iorque: Farrar, Straus and Giroux, 2014.

<sup>29</sup> FUKUYAMA, 2014. Op. Cit. P. 396.

<sup>30</sup> GUEHENNO, Jean Marie. **La fin de la démocratie** Flammarion: Paris, 1993. p. 52

<sup>31</sup> GUEHENNO, Jean Marie. *Op. Cit.*

pertencimento que dá ao Estado legitimidade frente aos seus cidadãos, esta é onde reside tanto o efeito quanto as capacidades de poder materiais a este.

## **Poder: existência e exercício**

Estados são, portanto, entes dotados de uma determinada capacidade específica de Poder, um tema um tanto quanto complicado nas ciências sociais para ser tratado, como muitas características que afetam nossa vida cotidiana é difícil delimitar o que é o Poder. No entanto, podemos sentir o poder ao compreender suas fontes e seus efeitos.

Neste caso é mais importante compreender o “destinatário do Poder” do que a “origem do Poder”, entender onde a estrutura de quem possui poder exerce influência e principalmente como podemos observar sua ingerência sobre outros atores.

O Estado é um ente dotado de poder, no parâmetro em que ele possuiu as capacidades para fazer com que outros se submetam a sua vontade, realizando ou deixando de realizar as suas ações de uma maneira que o fariam normalmente. Para tal, dispõe de instrumentos como as suas Forças de Segurança e Forças Armadas, ainda que estes por muitas vezes se representem em vertentes não tão visíveis, como a cobrança de impostos e imposição de certas normas para o funcionamento, que não seriam possíveis sem o instrumento da força.

Estados, sendo entes que possuem por característica específica capacidade de exercer poder, são mais factíveis de serem percebidos do que o Poder *per se*, eles muitas vezes possuem estruturas físicas e detêm capacidades. Mas, uma vez que nos propomos a ler a possibilidade de um enfraquecimento do Estado, como vamos tratar esse tema?

A legitimidade, principalmente pensando as Relações Internacionais é um elemento chave para compreender como é possível compreender o poder que os Estados possuem e como estes o exercem. Não só os Estados são considerados como únicas entidades capazes de declarar a Guerra como de dialogar em representação dos interesses de sua população, através de mecanismos de representação e da estrutura interna do Estado.

São os Estados dessa forma, semelhantes em suas características base, ainda que não em suas finalidades. Possuem todos uma soberania ainda que mínima, em manter

suas leis e dessa forma apresentarem-se para fora do seu âmbito interno com uma certa ideia de unidade. No entanto, não pode ser considerado que todos possuam o mesmo poder, em um esquema de suposta igualdade entre Estado, há aqueles que produzem condições de atuar como “melhores entre os iguais”. Este também é um exercício do poder e da política a nível internacional, que requer o Estado como mecanismo, ainda que através dele possam ser exercidas influências externas e que diferem quais Estados possuem ou não capacidades para constranger outros a cumprir com suas necessidades. Entretanto, este também é um exercício de política, que se dá vinculado aos recursos e na lógica da cadeia de produção por parte de cada Estado.

## **O objeto dentro do sistema**

Qualquer objeto, ao ser analisado, deve ser entendido também por suas funções e, mais do que isso, requer uma análise profunda dos elementos sem os quais sua existência carece de significado.

Promover a análise do Estado não requer somente uma visão do objeto em si. Este só tem significado enquanto objeto inserido em um sistema, uma teia de relações sociais, econômicas, culturais, políticas e estruturais que estão interligadas no que este é e como atua. Também existe em diálogo com outros Estados, organizações, grupos econômicos e políticos, atores infra ou supra estatais. Estes coexistem e se dão significado em um sistema de relações que progressivamente se fazem mais complexas.

Em outros termos, o Estado é um mecanismo de organização social. Como a entidade que responsável pela decisão política sobre um determinado território, sua ação e estrutura organiza distintos elementos necessários tanto para o equilíbrio. Este existe enquanto uma entidade onde se projetam os interesses de distintos grupos sociais, bem como a as relações de produção, regulando as relações de trabalho e do tráfego de commodities, capital e trabalho.

Sendo uma unidade em um sistema, composto por outros atores de relevância e que relacionando-se com outros Estados, ele é significante enquanto objeto dentro de



um emaranhado de relações. Ou seja, existe e é detentor destas características porque estas possuem uma funcionalidade para o ambiente onde está inserido.

Desta forma, dirigir-se ao problema da manutenção do Estado é também pensar o sistema como um todo, da mesma forma que pensar que uma improvável alteração do funcionamento dos átomos envolveria em si uma reconfiguração da matéria. Por conta disso, o sentido de analisar o Estado está também em compreender as mudanças sistêmicas.

Sendo assim, para analisar as transformações é preciso compreender além dos elementos que compõe a base do Estado a maneira como estão constituídas as ameaças que são apresentadas a este.

### ***O Sistema Internacional***

Existe uma disputa de centralidade pelo sistema internacional? Para muitos autores, por mais que existam distintos atores políticos relacionando-se entre si no ambiente internacional, as ações e decisões dos mais relevantes determinam a maneira como as relações se dão no ambiente internacional. Elementos que definem em característica o ambiente no qual relacionam-se os Estados, como por exemplo a anarquia no sistema internacional ou mesmo a hierarquia nas relações que se constroem.

Por não existirem sós, os Estados refletem de maneira interna e externa as relações que possuem uns com outros. Ou seja, estão definidos por essa relação dual de constituir ao mesmo tempo o estrato mais alto da organização político dentro de seu ambiente interno e de encontrarem-se em um ambiente onde se relacionam entre si, construindo através do reconhecimento enquanto iguais a existência factual do que entendemos por soberania.

A relação entre os Estados é um fator determinante na maneira como constroem-se os paradigmas e a operação do sistema, apesar da existência de outros atores e da existência de uma dinâmica deles entre si e com o Estado. Como o sistema caracteriza-se pela sua relação com a acumulação de capital e a produção, sem possuir uma autoridade superior aos Estados autônomos, a maneira como estes atores se relacionam

entre si e a recorrência dos costumes produzidos por meio disso são centrais para produzir regulamentações e ordenar estes elementos essenciais ao sistema.

O mundo é produto da interação destes distintos atores sociais e a estrutura resultante destas relações políticas. Dario Battistella afirma que a delimitação do que tratamos por relações internacionais como “relações horizontais e regulares entre grupos sociais com bases territoriais e delimitados uns pelos outros, as unidades ao relacionar-se entre si constituem-se como Estados soberanos”<sup>32</sup>.

Esta primazia do Estado enquanto elemento de análise leva autores a afirmar, como o fez Susan Strange que o Estado tem colonizado os estudos de política ao longo do século XX, pelo menos. Isto produziria uma limitação da teoria política que “trata só os Estados como organismos políticos, enquanto a pesquisa empírica e o ensino concentram-se na análise comparativa de Estados”<sup>33</sup>, isto exclui a análise de uma série relações que ocorrem fora deste âmbito.

Uma das transformações mais importantes pelas quais passou o sistema internacional foi o surgimento dos movimentos nacionalistas e pela autodeterminação. O fim do colonialismo liberal e a defesa de que as relações deveriam ser dadas entre uma comunidade formada por unidades independentes.

Os Estados são discursivamente uma forma de organizar um sistema de relações que atinge e conecta o mundo inteiro a partir do século XXI, isto não exclui a análise de outros atores, mas marca as relações no sistema internacional. Entretanto, são atores que surgem de uma construção histórica e é necessário avaliar a possibilidade de sua transformação.

## **Transformação do mundo**

É inegável que o mundo se transforma e que as instituições políticas representam o resultado deste processo histórico, bem como produzem soluções para lidar com a convivência dentro do ambiente no qual estão inseridas. A transformação

---

<sup>32</sup> BATTISTELLA, Dario. **Théories des relations internationales** Paris: Presses de Sciences Po, 2015.

<sup>33</sup> STRANGE, Susan. **The Retreat of State** The diffusion of power in the world economy. Nova Iorque: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1996.

tecnológica e a disputa política da qual o Estado-nação são elementos que existem já há muito tempo. A maneira como a tecnologia e as decisões políticas transformam-se produz novos paradigmas tanto para a produção quanto para as relações políticas.

A partir dos anos 1990, passam a ocorrer uma série de transformações tanto nos campos da comunicação, quanto da informação e dos transportes que têm efeitos profundos sobre a maneira como realiza-se o comércio e se lida com a produção. Estas permitem o surgimento tanto de novas formas de produção e de produção de lucro, quanto uma dinamicidade das já existentes que desafia os preceitos tradicionais da capacidade regulatória do Estado.

Em seu trabalho, Strange alega que as transformações do ambiente econômico global não são adequadamente descritas, sendo necessário revisar certos pontos para lidar com a maneira como estas afetam o Estado e as relações dentro de um novo ambiente político. Ela afirma, com razão, que o exercício da política não é único e exclusivo dos Estados. Desta forma, o processo histórico traz a atuação das empresas e de grupos que estão mais vinculados à área produtiva para fazer esta disputa sobre as decisões políticas com o Estado.

A relação de mercado, sobretudo por parte das grandes empresas multinacionais e os Estados passaram a protagonizar uma nova forma de disputa entre as formas de controle sobre o processo produtivo. As grandes companhias transnacionais passaram a adquirir certas características e a ocupar uma série de espaços visando o controle da produção em determinada instância de maneira ampla. Ou seja, o controle do processo produtivo envolve uma ampla e complicada cadeia, que vai da possibilidade de obtenção de matérias primas, da mobilidade de mão de obra e da mudança de planas produtivas. O peso de uma linha de produção, que pode gerar empregos ou fortalecer uma economia, é um elemento levado em consideração para as negociações políticas entre Estados e empresas.

Estas relações não interferem somente na relação entre os Estados, mas produzem efeito para dentro da estrutura nacional onde “escolhas de política industrial e de eficiência na administração econômica têm começado a superar as escolhas de política externa e de defesa como primeira influência de como os discursos são

alocados”<sup>34</sup>. Para muitos Estados, sobretudo os que não se encontram em posição de vantagem dentro da disputa pelo capitalismo, é necessário buscar associação com empresas e terminam por ceder interesses de poder à capacidade econômica das mesmas.

Também houve uma transformação na maneira como as grandes empresas disputam entre si, por terem possibilidade movimentação de capital ou de suas plantas de produção de forma mais dinâmica, elas passam a barganhar com os Estados de uma outra posição. Esta característica da disputa política não é inteiramente nova, mas parece ganhar mais relevância pela extensão e pelo aumento da capacidade de atores não-Estatais.

Para Strange, existe um efeito das transformações econômicas e das capacidades que as autoridades empresariais têm ganho que afeta diretamente a hierarquia e a ordem dentro do Estado. É notório que a disputa pela influência e da maneira como os Estados disputam o ambiente global é transformada pelo peso das decisões econômicas e por ter diferenciais na capacidade de produção.

A competição global entre grupos de interesse econômico faz com que empresas se mobilizem mais facilmente e possam inclusive enfrentar seus Estados de origem ao mover plantas de produção. Para buscar melhores condições de produção e manter-se à frente das disputas por controle de tecnologia, os Estados estão cada vez mais dependentes de associação com empresas. Tanto para lidar com as condições impostas pelas tecnologias de informação, ou mesmo em questões mais duras, o que leva a um ambiente onde “mesmo os Estados Unidos requerem agora a colaboração de outros para desenvolver seus sistemas de armas mais avançados”.<sup>35</sup>

Escolhas de alguns dos Estados, sobretudo os considerados mais poderosos, levam muitas vezes a que estes produzam alianças com grandes empresas que visem diminuir a autonomia de outro Estado ou aumentar o poder de barganha de uma empresa frente a outro Estado. Esta forma de aliança, que não corresponde a um reconhecimento em paridade entre estas duas unidades autônomas da mesma natureza.

---

<sup>34</sup> STOPFORD, John M, STRANGE, Susan. **Rival States, Rival Firms** Competition for World Market Shares. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1991. p. 1

<sup>35</sup> STRANGE, Susan. **The Retreat of State** The diffusion of power in the word economy. Nova Iorque: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1996. P. 33

O Estado-nação pareceu superado enquanto entidade organizadora do sistema Internacional ao longo da década de 1990. Com o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e consequente fim do conflito bipolar figuravam como um forte indicador de que se estabelecia o predomínio do projeto político estadunidense e que o caminho para o desenvolvimento era o da ortodoxia econômica através da implementação do neoliberalismo.

Entretanto, como definido por Luís Carlos Bresser-Pereira, “globalização e o Estado-nação são fenômenos que não se contradizem, mas são em realidade parte do mesmo universo do capitalismo contemporâneo”<sup>36</sup>. Sendo o Estado um objeto que inserido dentro de um sistema

Eventos mais recentes, como um ressurgimento do neonacionalismo, fenômeno político que perpassa dos países periféricos até agendas políticas que hoje possuem centralidade em grandes potências ocidentais

## **O controle da violência**

O monopólio legítimo do uso da Força é também um elemento característico e que define o Estado. Este controle último sobre a capacidade da violência implica também que a capacidade de provocar as guerras. Ainda que ao longo da história, isso não tenha impedido revoltas, revoluções ou mesmo o desmembramento de Estados através de disputas internas com uso da Força.

Hoje não se considera mais que as questões de segurança e de equilíbrio do cenário internacional são exclusivamente vinculadas à possibilidade de um confronto entre dois Estados. Também efeito da dinâmica atual, pela capacidade de mobilidade, a transferência de recursos de maneira mais difícil de rastrear e o uso das redes sociais para vocalizar certas narrativas de mundo apresentam novos desafios ao Estado, que possui dificuldade de regular novas formas de uso da violência organizado e, por vezes, politicamente orientado.

---

<sup>36</sup> BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos Globalization, nation-state and catching up **Brazilian Journal of political Economy**, vol. 28, nº 4 (112), pp. 557-576, October-December/2008

É notório ver o peso que possui a preparação de muitos Estados para defender-se de ameaças infra-Estatais ou de natureza transnacional, como é o terrorismo ou a criminalidade organizada. A apresentação de novas ameaças no âmbito da segurança torna mais difícil a relação entre os Estados, uma vez que muitos identificam ameaças a si no interior de outros Estados, mas não necessariamente conduzida por sua estrutura de decisão política. Buscar maneiras de atacar ou neutralizar uma ameaça infra-Estatal ou transnacional é um debate em aberto que coloca em questão as características básicas da relação entre os Estados, um desafio colocado ao planejamento das agendas de segurança.

## **Conclusão**

Por que preocupar-se com a continuidade do Estado e qual a relevância do mesmo para o sistema internacional? Este trabalho tem como objetivo desenvolver duas questões nas suas próximas páginas, que é se é possível existir um sistema internacional onde haja a ausência do Estado, tendo todas as outras formas de organização, como elementos supranacionais, nenhum “... poder político moderno encontra sua estabilidade senão aceitando fundir-se sobre a identidade da cidadania e o nacionalidade, a identidade entre um Estado e uma nação culturalmente unida.”<sup>37</sup>

Dentre as características enumeradas do Estado, quais são as mais importantes e quais são as consequências que estas acarretam para que este tenha uma importância grande no modelo do sistema, o Estado não explica por si só todos os elementos da política, que ocorre também fora de seus meios, mas é espaço essencial para a realização da política, tanto na escala nacional quanto na supranacional.

Atuando como uma forma de “unidade básica” do sistema internacional, o Estado com todos seus defeitos ou debilidades prove uma capacidade estabilizadora a ordem. Garante vias de diálogo, sistemas de comércio e a existência de moeda, em sua totalidade as organizações internacionais e mecanismos de ação baseiam-se na existência deste.

---

<sup>37</sup> ROUSSELIR, Nicolas. Déconstruire l'État Nation. Travaux et discussions **Vingtième Siècle. Revue d'histoire**. N. 50 (Apr-Jun 1996), pp. 13-22.

O Estado, portanto, se define tanto pela sua vinculação de caráter espacial e sua legitimidade, tanto no âmbito externo quanto no âmbito interno. Colocando em palavras mais diretas, é uma entidade que possui poder sobre um diretório definido e cidadãos que respeitam essas normas, reconhecendo a autoridade do Estado. Também possui autonomia, de forma que forças externas respeitem sua legitimidade e estrutura em determinados graus.

Para o sistema internacional como um todo também este trabalho toma por base que o Estado é elemento que produz estabilidade tanto pelo nível político, tanto por outros elementos econômicos. Mais do que simplesmente fazer a guerra ou imprimir dinheiro, estes traduzem a legitimidade que seus cidadãos expressam através do seu pertencimento e sua aceitação desta estrutura, de forma que não ocorreria sem esta estrutura, fosse por cada indivíduo defendendo seus interesses ou outras formas de organização da política. Reconhecendo que há uma série de outros fatores que determinam o poder de cada Estado, mas que o exercício da política se dá predominantemente por meio do mecanismo do Estado.

Essa conceptualização produz um efeito normativo a nível da disciplina também, que estão contidos na análise da “superioridade” inerente ao padrão de ordenamento Ocidental que acarreta e também aos valores que são a eles inerentes. Se o Estado se torna o objeto base da análise da disciplina, este traz uma hierarquia dessa forma de organização frente a quaisquer outras que formas que não tenham surgido com estrutura e algum pressuposto do Estado, marcante uma entidade de origem europeia. Esta narrativa pode “...justificar a ideia de que Estados ocidentais devam seguir normas e princípios distintos em relação aos sociedades Não-Ocidentais, já que estas possuem normas, instituições e princípios distintos”<sup>38</sup> ou pelo menos ingressaram nessas modalidades depois.

Com base nisso admitem-se que vários princípios ordenadores, como tratados globais relativos a comércio, segurança ou a organização de instituições como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial ou a Organização do Tratado do Atlântico Norte são mais legítimas que outras formas não baseadas nessa legitimidade Ocidental. Iniciativas ou a participação maior de não-Ocidentais em instituições são olhadas com

---

<sup>38</sup> KAYOGLU, Turan. Westphalian Eurocentrism in International Relations Theory. **International Studies Review**, Vol. 12, No. 2 (June 2010), pp. 193-217

desconfiança, não possuindo aparentemente as credenciais corretas para lidar com essas questões e sendo legadas a uma aceitação das instituições já formuladas.

Estes conceitos advêm de uma concepção da prevalência e da visão de que o ambiente internacional ordenado pela perspectiva Ocidental. Marcado sobretudo pelo começo do século XX. Neste período “os ideais Ocidentais de primazia das grandes potências com as propostas não-Ocidentais para uma cooperação multilateral baseada em tratados, produzindo dois conceitos diametricamente opostos sobre como organizar a ordem internacional”<sup>39</sup>

Em tempos de transição no Sistema Internacional, a degradação do Estado pode surgir também como um elemento desagregador, frente ao nacionalismo que ganha força em muitos lugares do mundo. Regiões que sofrem de uma fragilidade institucional carecem aos olhos de muitos analistas ocidentais de capacidade para tal, havendo uma aparente relação entre a proximidade destes Estados com costumes e práticas distanciados da civilização ocidental a sua fragilidade.

A análise por esse ângulo se reflete no receio de que isso possa vir a se transmitir a outros lugares do globo e o que tem justificado movimentos nacionalistas ao redor em alimentar um temor de outras nações ou religiões, a ideia de que o Estado ou mesmo o equilíbrio formado através de um ideal Ocidental pode desvanecer por meio de influência externa produz uma sensação de “bárbaros nos portões” que reforça o nacionalismo radical em um momento de incertezas como o atual.

Compreendendo como o Estado se delimita e sua importância no sistema é que pretende-se refletir sobre a situação atual em determinadas regiões, pensando se haveria a possibilidade de existir algum espaço no globo que esteja sob a influência de uma estrutura de poder como essa e quais são os efeitos para o sistema internacional que isso acarreta. Para tal, compreender os processos pelos quais passam Estados em conflitos persistentes, que sofrem influências e participações externas como já exposta e entender se há possibilidade de uma cadeia de produção e estabilidade política onde o Estado não esteja presente e se isso serve ao interesse de algum Estado ou é um elemento da realidade política que passa a estar fora do controle destas entidades.

---

<sup>39</sup> STUENKEL, Oliver. *Op. Cit.* p. 59



## Capítulo 2 - A construção dos Estados modernos no Oriente Médio

### Introdução

Nenhum Estado emerge como um bloco monolítico, estes são sempre resultado de uma série interações de forças que ocorrem tanto internamente, quanto através da interação entre as forças endêmicas ao Estado e o ambiente internacional. Dessa maneira, cada Estado representa uma estrutura particular, resultante do que foi produzido pela interação dessas forças. Assim, eles são representativos das estruturas históricas que são construídas e também da influência das forças políticas que incidiram a cada momento sobre determinado território. Estas produzem marcas no processo político e este acúmulo de experiências reflete-se na particularidade que cada Estado ganha em seu desenvolvimento.

Os Estados no Oriente Médio não fogem a esta regra da formação, possuindo marcas que são particulares a sua situação interna e externa. O Iraque e a Síria surgem como Estados autônomos após o fim da Primeira Guerra Mundial, período que foi marcado por um sentimento forte independência, esta que foi fortalecida pela retórica anticolonial promovida pelos Estados Unidos. Distintos grupos dentro de Estados clientes e colônias sentiram-se motivados pelo momento vivido no mundo<sup>40</sup>. A ideia de uma comunidade de Estados independentes deu inspiração aos reclamos dos movimentos que buscavam independência. Também construiu a maneira como se concebe o mundo e a relação de equilíbrio internacional, transferindo individualmente a cada Estado responsabilidade por esse equilíbrio. Este momento histórico marca também profundamente a experiência para a região e dá um novo significado ao papel do Estado de forma geral dentro do sistema internacional.

Ainda que não tenha sido pela mesma via que os Estados europeus, visto que cada processo histórico tem suas particularidades é de interesse analisar, dentro da construção deste Estado no Oriente Médio pós-colonial, quais foram os fatores que

---

<sup>40</sup> Para mais informações sobre o período, MANELA, Erez **The Wilsonian Moment** Nova York: Oxford University Press, 2007.

geraram coesão suficiente entre as forças que existiam dentro desta região para produzir o acordo que levou à formação do Estado.

## **Conflito de Forças como formador do Estado**

Analisar a formação de um Estado é pensar um processo longo de acomodação de forças e interesses, bem como o diálogo entre as forças que o compõe, no caso o acúmulo do capital e a concentração da coerção segundo Tilly<sup>41</sup>, que salienta como o equilíbrio entre os fatores que produzem a organização econômica e a capacidade de coerção permitiram o Estado firmar-se como a unidade predominante no mundo.

No caso iraquiano, este é o marco da dificuldade em compor uma estrutura estatal pois até o Império Otomano e a chegada do protetorado britânico não havia elementos que beneficiassem uma estrutura de coerção mais ampla, como a formação de um Exército ou administração do Estado. As elites, organizadas em formas de tribo, possuíam mais poder e se beneficiavam de uma maior liberdade dada as estruturas locais.

Os dois elementos necessários para realizar essa composição, segundo Tilly, compreendem (1) o elemento da produção, que é geralmente local, que é o que vem constituir as cidades e (2) o elemento da coerção e composição dos Estados, que está vinculado a territórios mais amplos e geralmente é atribuído aos Estados. Ambos permanecem em confronto entre si, uma vez que tanto o Estado quer possuir uma maior influência no âmbito local e recursos, quanto as cidades desejavam mais liberdade para suas atividades econômicas.

Esse cenário também prevê uma negociação entre Estado e população, uma vez que implica em uma troca no qual abastecimento de tropas e submissão como moeda para conseguir ampliação de direitos e conquistas políticas. Um exemplo de tal situação é que antes da formação do Exército iraquiano o país carecia de um mecanismo que não fosse o espaço tribal. Com a criação do Exército a população, principalmente os

---

<sup>41</sup> TILLY, Charles. **As cidades e os estados na história do mundo**. In “Coerção, Capital e Estados Europeus.” São Paulo, Editora da USP, 1996.

militares, sentiam-se no direito de reclamar certas premissas, sobretudo gerir os recursos de seu próprio país.

As capacidades que provém da associação já mencionada, o cidadão, ao reconhecer-se como tal, entrega ao Estado sua própria capacidade de força, em troca receber direitos e proteção. Há casos práticos nos dois extremos, a Índia constitui um Estado coeso sem possuir uma língua comum homogênea, abarcando várias experiências culturais. Do mesmo modo, a República Árabe Unida (1958-1961), não conseguiu preservar sua unidade, mesmo possuindo língua e religião comum.

A formação dos Estados europeus ocorreu por meio das interações específicas que praticavam os grupos que habitavam a Europa, ao faziam comércio, intercâmbio e guerra entre si, eles produziram os Estados. Estrutura produzida por interação semelhante foi deixada no Oriente Médio, ainda que esta não houvesse resultado em estruturas perenes. Entretanto, no período da colonização, ou mesmo os domínios estrangeiros, outros controlavam essa tarefa e possuíam predominância na relação de forças.

Antes de conformar Estados modernos, a região onde atualmente encontra-se o Iraque respondia a um sistema prévio, dado também pelas interações que estes possuíam. Estes foram resultado de uma série de valores e dinâmicas sociais compartilhadas, que passam pela vida nas cidades milenares até o intenso comércio de perdurou na região. Estes elementos sedimentaram relações de poder com as quais os elementos futuros de colonialismo e independência dialogaram e por vezes contribuíram para aprofundar. Desta forma, não é possível pensar um Estado sem compreender a maneira como se planteia o mundo e a forma como suas forças políticas internas tentam inserir-se nele.

## **Um sistema de Estados independentes**

Tilly afirma que foi somente a partir da Segunda Guerra Mundial que “quase o mundo inteiro passou a ser ocupado por Estados nominalmente independentes cujos governos reconhecem, mais ou menos, a existência mútua e o direito de existência dos

demais”<sup>42</sup>, pois em muitos lugares não existia capacidade de coerção que produzisse a formação de um Estado como entidade ativa, ainda que antes houvesse existido sistemas funcionais operando em cada uma dessas regiões. Segundo Tilly para que os Estados possam prosperar é necessário haver condições para concentração de acumulação e de coerção em um determinado lugar.

Dinâmicas de conflito geram necessidade de criar exércitos, isto contribui para criar um mecanismo de concentração permanente da coerção, a necessidade da sua manutenção requer também uma concentração de acumulação.

O Exército regular no Iraque foi produzido como elemento da manutenção do sistema colonial pelos britânicos. Tinha uma função específica e, portanto, funcionava com os recursos controlados pelo colonizador. Com o fim do protetorado, em 1932, o Exército passou a servir a monarquia e ao Estado iraquiano, a liberdade administrativa existia em tese, mas os recursos, tanto no controle do capital quanto a parte destinada ao Estado permanecia nas mãos dos britânicos.

No caso iraquiano tanto quanto no caso síria, esta mudança na relação da coerção com o capital servia a administração da colônia. Havia concentração de coerção nos governos locais, com o controle da acumulação de capital pelos britânicos. Entretanto, com o passar do tempo, as pessoas que compunham essas Forças Armadas passaram a produzir estruturas de acumulação de capital que servissem a esses interesses. A superação do modelo colonialista em alguns discursos passou por criar uma estrutura que respondesse a essa identidade e não estivesse submetida uma entidade alheia.

Para tal, a administração colonial fez uso das elites locais urbanas, que passaram a ocupar postos proeminentes tanto na administração pública quanto nas Forças Armadas e de segurança dos emergentes Estados locais. Esta parcela da população que havia buscado por ascensão e também por

Definido isso, a organização estatal está vinculada a relação de classes, não somente qual é a classe dominante, mas também quem controla os recursos que são

---

<sup>42</sup> TILLY, Charles Op. Cit. 1996, p. 76

necessários para o Estado. E manter os recursos de força do Estado demanda possuir um sistema que possa prover constantes recursos materiais.

Os movimentos anticolonialistas foram grandes motivadores para constituir Estados na primeira metade do Século XX. Foram muito influenciados pela retórica de dominar e constituir espaço na sociedade internacional. No momento da transição de dominação no sistema, os Estados Unidos da América promoveram a retórica da autodeterminação, redefinindo as relações internacionais, ao “estabelecer o Estado-nação independente como a única forma política legítima no mundo<sup>43</sup>, sustentando ideologicamente grupos que possuíam como objetivo o estabelecimento de uma estrutura autônoma de Estado.

Este provinha de uma série de necessidades, que influenciaram tanto o papel dos Estados Unidos, como dos países que buscavam independência. Ao final da Primeira Guerra Mundial, Woodrow Wilson viu-se com o desafio de “proteger os Estados Unidos, impondo ordem a um sistema internacional que ele percebia estar ao mesmo tempo fraturado e perigosamente instável”<sup>44</sup>, para tal este deveria produzir uma reforma profunda que garantisse segurança aos Estados Unidos e seus aliados. Para tal, foi necessário reimpôr estabilidade ao “retrabalhar a noção Westfaliana de soberania e então reaplicar este conceito nos Estados do mundo em desenvolvimento”<sup>45</sup>.

A ideia de uma comunidade de Estados independentes era centralizada na ideia de que os Estados deveriam provar possuir uma certa capacidade soberania para estar inseridos no sistema. Esta provinha de garantir a ordem e o cumprimento de certas regras em um determinado território. Os Estados nesta comunidade são responsáveis não somente por sua ordem interna, mas por tomar posturas que garantam estabilidade ao sistema.

A legitimidade neste sentido está em produzir um sistema de valores e regras das quais o Estado hegemônico seja o símbolo. Constituindo-se como defensor de uma série de valores que produzem resultados positivos para aqueles que estão inseridos no sistema. A forma que regulamenta a inserção no sistema também é planteada de forma

---

<sup>43</sup> MANELA, Erez **Op. Cit.** p. 102

<sup>44</sup> DODGE, Toby **Inventing Iraq** The Failure of Nation Building and history denied. Nova Iorque: Columbia University Press, 2003. P. 35

<sup>45</sup> Ibidem

relativamente simples. Para pertencer a um sistema os Estados devem cumprir com uma série de regras, se não as cumprem estão excluídos do sistema e, por consequência, das benesses que este produz. Conseguir legitimar frente a outros atores esta situação gera ao Estado central uma posição confortável de real exercício de poder, segundo Wallerstein este “domina a economia mundial e impõe sua vontade política usando o mínimo de força militar. Também provém uma linguagem com a qual se fala o mundo”<sup>46</sup>.

O discurso da autodeterminação transforma as relações das forças políticas envolvidas sobretudo com colônias. A transformação do sistema internacional, em transição desde o fim da dominação britânica, ganha novos formatos conforme um ator busca estabelecer sua legitimidade. No processo de constituir-se como um ator hegemônico é normal que o Estado empreenda a criação de instituições e valores que sustentem seus objetivos diretos, propagando-os para garantir que os demais atores tomem ações a beneficiar seus objetivos diretos sem ter que demanda-los diretamente isto dos mesmos.

Se a unidade legítima de um sistema é um determinado fator, aquele que não o cumpra está automaticamente excluído deste sistema. Os Estados autônomos passaram então a ser a unidade dessa ordem, o novo discurso coage os atores para organizar-se dessa maneira. O modelo de gestão local dos protetorados constituiu-se em negociação entre as forças produtivas e as forças de coerção, no caso visando gerar neutralidade, garantiu-se aos senhores tribais liberdade para administrar seus territórios e controlarem a agricultura, com isso ganharam seu apoio para recolher impostos e o direito à exploração do petróleo. Uma atividade essencial para o funcionamento do aparato de coerção é a manutenção de uma cadeia de recursos que permita que o Estado funcione.

O mundo em que vivemos pode ser interpretado como um processo que possui ciclos, segundo a avaliação de Giovanni Arrighi.<sup>47</sup> Para ele tais ciclos são compostos por dois períodos de acumulação que terminam em duas situações de crise: o primeiro é relacionado a expansão material e o segundo a expansão financeira. Ao fim destes

---

<sup>46</sup> WALLERSTEIN, Immanuel. **World System Analysis Introduction** An Introduction London:Duke University Press, 2004. P. 28

<sup>47</sup> ARRIGHI, Giovanni. **Il Lungo XX Seccolo** Denaro, Potero e le Origini del Nostro Tempo – Milão:Il Saggiatori, 2014.

dois ciclos, chega-se a uma crise de transição marcada pela transferência da maior parte do capital do centro da dominação para um novo centro. Esta passa afirmar suas instituições e projetos.

A possibilidade desse posicionamento dos Estados Unidos e sua expectativa, dava-se pelo momento que o sistema vivia também, após sua última grande crise, o sistema centralizado no domínio da Grã-Bretanha chegava a um fim. As relações de produção inseriam-se em um novo contexto, tornava-se vantajoso a Grã-Bretanha e as demais potências da época promover este modelo de colonialismo, negociando o uso da coerção com o capital que poderia prover. Também, com o fim desse ciclo o colonialismo, com controle direto do local, começou a perder forças como modelo de fluxo de capital. A expansão dos Estados-nação nestes países insere-se, portanto, em um marco da mudança da concentração de capital e organização, influenciada pela mudança da hegemonia.

## **Do califado à independência**

Os processos históricos que levam a construção destes Estados produzem, em graus diferentes estruturas de relações interestatais. Levando-se em consideração que os Estados, enquanto objetos dentro de um sistema, onde sua estrutura interna e seu significado está dado pela relação que possui com seus pares.

No caso dos Estados-nação do Oriente Médio, além de sua consolidação em meio ao sistema internacional relativamente recente, pelo menos enquanto o que é entendido como uma estrutura moderna há que levar em consideração uma dinâmica política prévia de relações sociais e políticas. As províncias árabes do Império Otomano passaram por uma influência histórica semelhante e trazem marcas deste processo ao consolidar-se como Estados-nação, em um processo que se acelera ao fim da Primeira Guerra Mundial.

Boa parte do que hoje compreendemos como o Oriente Médio passou um longo período de tempo sob o controle do Império Otomano. A gigantesca entidade política de confissão muçulmana, que chegou a cobrir uma enorme extensão do mundo e rivalizar por um grande período com grandes impérios da história.

Por mais que este império tenha se estendido através de uma boa parcela da Ásia, da Europa e por cerca de 4 séculos, é preciso levar em consideração que o seu último século de existência foi bastante conflituoso, tanto por conta de uma série de contradições internas quanto em disputas com outras potências da época. A expansão das nações europeias ocidentais visava os territórios otomanos, valeu-se da articulação e dos desejos de grupos nacionalistas locais que visavam independência do controle de Istambul.

Uma parcela da pressão que ocorria sobre o Império Otomano vinha das transformações políticas produzidas pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial iniciada na Inglaterra. Isto levou à ascensão de uma classe política que disputava com as tradicionais classes dominantes muçulmanas o controle sobre o destino do Império. A implementação do pacote de reformas políticas conhecidas como *Tanzimat* a partir de 1876 transformou o Estado Otomano de “uma dinastia governada por uma mistura eclética da *sharia* para os muçulmanos, leis religiosas para não-muçulmanos, leis costumarias e privilégios e decretos autocráticos em uma forma mais aproximada do ideal de um Estado europeu moderno”<sup>48</sup>.

Após várias derrotas, dentre elas as que envolveram a perda das províncias nos Balcãs e de boa parcela do Norte da África, Istambul passa a dar mais importância à parcela árabe e muçulmana como base de sustentação territorial. O período onde o sultão ‘Abd al-Hamid, que governou de 1876 até ser deposto pela revolta dos Jovens Turcos em 1909, implementa uma série de políticas para exaltar a identidade muçulmana do Império e aproximar-se das populações árabes. A ideia era impedir que estes movimentos nacionalistas ganhassem peso na parcela que seria a sustentação territorial do Império. Com isto, as reformas do Estado Otomano não se estenderam para a parcela árabe do território, em muitos pontos a atuação dos Otomanos somente reforçou divisões e elementos históricos cuja compreensão requer analisar a sequência de fatores históricos até a dominação Otomana.

O nacionalismo árabe nasceu nas correntes educadas da classe média urbana que compunha carreiras de Estado, como as Forças Armadas e a administração pública. A ideologia do nacionalismo iraquiano e do pan-arabismo enxergava como essencial que um Estado nacional controlasse seus recursos e pudesse aplicá-los sem um

---

<sup>48</sup> ALLAWI, Ali **Faisal I of Iraq**. Nova Iorque: Yale University Press, 2014.



intermediário britânico. Alcançar este controle era mudar a estrutura tanto das classes quanto dos controles dos meios produção.

## **Conclusão**

A manutenção do sistema colonial, como modelo organizador do trabalho e da produção, tornou-se cada vez menos viável no período que sucedeu a Primeira Guerra Mundial. O colonialismo, ao passar por crise sua crise de legitimidade, proveu espaço para a emergência de um novo ordenamento. A emergência de novos Estados independentes reforçava a legitimidade desse ordenamento político, bem como sua capacidade de promover estabilidade e prosperidade aos que pertencem ao sistema. Bem como, este momento garantiu a legitimidade do discurso dos movimentos de independência no cenário internacional, havia um espaço para a inserção destes, bem como apoio de outros atores. Isto terminou por enfraquecer as potências coloniais e abrir espaço para um novo modelo de estabilidade.

Estados são resultado do enfrentamento entre forças políticas externas e internas. Uma vez que estão inseridos em um sistema com outros atores, estes dialogam com eles e com a linguagem hegemônica, a qual provê a forma de organização política. De um lado, é necessário compreender os elementos internos para traçar a formação de um Estado, com entendimento de suas particularidades. Por outro, é necessário compreender a posição que este ocupa em determinado sistema e o que isto requer dele. Ambos elementos influenciam e transformam a estrutura de um Estado.

A dualidade entre o capital e a coerção permitiu o desenho dos espaços geográficos até conformar um mundo onde os Estados cobrem praticamente todo planeta. Faz-se necessário para compreender a dinâmica das relações entre Estados, compreender como estes foram formados. Uma vez que estes não são blocos monolíticos, representam a dinâmica de forças e elementos que os compõe no seu interior. Tampouco podem ser simplificados na história, uma vez que esta combinação de coerção e capital é reflexo da experiência e interação das forças que os controlam.

É um processo marcado por particularidades em todas as regiões em que ocorreu. Na Europa, como remarca Tilly, foi um processo marginal e muito influenciado pelo conflito entre vizinhos. Ao estudar a dinâmica da formação do Estado

com modelos como proposto por Tilly, é possível compreender a formação de distintos fatores, como a predominância de certos grupos no poder e a manutenção de certas hegemonias. Estas não ocorrem de maneira espontânea, mas são decorrentes de processos de negociação e de enfrentamento, que levam a construção dos fatores que compõe a estrutura de concentração de coerção e do capital.

No caso iraquiano, compreende-se como a distribuição da população no território reflete as primeiras ocupações árabes, elementos que foram construídos ao longo dos séculos e possuem seus efeitos atuais. Alguns encadeados, como as cidades predominantemente sunitas, levaram a um Exército composto quase por esta parcela da população, que produziram uma administração sunita que perdurou até a queda de Saddam Hussein em 2003.<sup>49</sup>

O equilíbrio entre coerção e a acumulação de capital é afetado pela relação entre as classes que tomam o poder. Como ressalta Tilly é necessário pensar a organização das classes, não somente a dominante, mas a que controla os recursos. Na ausência de uma burguesia iraquiana, a classe média urbana que ocupava as Forças Armadas passou a exercer o controle do Estado. Este controlava a coerção e administrava também a acumulação de capital. O período que se seguiu a 1958 viu surgir um Estado que ocupava mais todos os aspectos da vida das pessoas<sup>50</sup>, bem como era quem controlava todos projetos de desenvolvimento e o rumo dos planos econômicos. Este também é uma resposta ao sistema colonialista, que em sua retórica e ação produz coerção para preservar sua autonomia, como preservaram os Estados europeus contra seus vizinhos belicosos no passado.

A formação destes Estados é, portanto, marcada pela maneira como estas forças se relacionam e é reflexo do seu processo de construção histórica e do diálogo entre as distintas classes promove o equilíbrio da acumulação de capital e acumulação da coerção. Compreender como se constroem essas relações leva a compreender melhor os Estados e os sistemas pelos quais estes estão inseridos.

A compreensão deste processo é fundamental para compreender tanto a transformação do papel do Estado no sistema internacional quanto o processo de

---

<sup>49</sup> FAROUK-SLUGLETT, Marion e SLUGLETT, Peter. **Iraq Since 1958 From Revolution to Dictatorship**. Londres: I. B. Tauris Publishers, 2001.

<sup>50</sup> BATATU, HANNA. Op. Cit. p.98

formação tardia dos Estados-nação no Oriente Médio. Estes também refletem o papel das grandes potências na formação de Estados nesta região periférica. Inseridos na necessidade de dotar os espaços de uma ferramenta que os mantivesse conectados e funcionais dentro de um sistema de ordenamento amplo.

## **Capítulo 3 - O Estado na política de segurança dos Estados Unidos nos anos 2000**

A problemática que produz a intervenção no Iraque traz em si uma série de desafios que deveriam ser considerados ao longo do processo. O problema lançado é que o Estado do Iraque, governado pelo partido Baath e sob a liderança de Saddam Hussein representava uma ameaça objetiva a estabilidade da ordem global. Esta dada pelos motivos que eram expostos claramente pela Estratégia Nacional de Segurança, que o governo iraquiano: (1) financiava ou consentia com a operação de organizações terroristas dentro de seu território; (2) desenvolvia, dispunha ou possuía de capacidades para produzir armas químicas e (3) possuía ou buscava desenvolver capacidade para obtenção de armamento nuclear. Estes três elementos combinados levam um Estado a ser colocado na posição de ameaça incondicional ao equilíbrio do sistema, o termo popular que ficou cunhando foi o “Eixo do Mal”.

A discussão em torno dos motivos da invasão é extensa, muito do apelo midiático tende a tratar a questão como sendo pura e simplesmente uma ambição pelos recursos naturais. Para muitos que acompanham a discussão sobre a guerra do Iraque, o tema do petróleo assume uma centralidade e é afirmado como o principal motivo da guerra. Outros levantam o tema de uma agressividade contra os países do mundo árabe por si só. Neste capítulo, busca-se expor as nuances das justificativas do processo decisório, para buscar trazer ao debate e ao leitor uma visão da complexidade e delicadeza maior do assunto. Tomando uma visão multifacetada do problema, que tem relação direta com o planejamento de longo prazo e o lugar dos EUA no mundo.

Para os formuladores da política externa estadunidense, alguns fatores tornavam possível que Saddam Hussein e seu grupo levassem adiante esta agenda política, que foi denominada nociva para o ambiente internacional e para a segurança dos próprios cidadãos dos Estados possui uma raiz clara: o uso do poderoso maquinário do Estado iraquiano para servir os interesses de Saddam Hussein e dos membros de seu partido. É pela via de um governo corrupto e autoritário que se constrói um aparelho de repressão necessário para produzir estas ameaças. Este que acaba por direcionar recursos para produzir tais capacidades, em detrimento da melhora da qualidade de vida da população, pelo menos das quais estes escolheriam caso possuíssem uma capacidade de escolha.

O Afeganistão, o Iraque e outros países passaram a ser enquadrados como um Estados que de maneira continua “acenava sua hostilidade aos Estados Unidos e apoiava o terror”<sup>51</sup>, deveria ser combatido com base nesta política. Este entendimento estendeu-se para lidar com problemas internos de outros Estados, justificando uma tentativa de ação direta por parte da potência dominante na reorganização de suas estruturas e funcionamento, uma vez que estas passavam a figurar como

A solução apresentada foi de transformar o Estado em si, primeiro pela retirada do grupo político que representa a ameaça mais imediata aos valores e que reúne em si potencialidades para buscar na arena internacional um comportamento errante, bem como desafiador das potencias globais. Uma vez que o controle fosse tomado do Estado específico, começaria um processo robusto de reforma, que visava “modernizar”, entendido nos termos neoliberais do planejamento, o Estado Iraquiano. Isto significava proceder da invasão diretamente para um processo de reconfiguração que reduziria a estrutura deste para os mínimos operacionais possíveis.

Levando em consideração velhas premissas sobre governos autoritários e sua ação externa, uma vez que a via democrática proveria base para escolhas administrativas que não sejam nocivas, uma vez que estas são feitas em detrimento da qualidade de vida geral da população. Também não se esperaria que uma população por meio do uso de mecanismos democráticos tomasse atitudes que a coloquem em risco ou fossem deslocar recursos em um país com tantas necessidades básicas para dispendiosos programas de armamento.

Na estrutura do pensamento estratégico que impera no momento que os Estados Unidos viviam, há questões profundas a serem resolvidas, que dizem respeito tanto à situação interna, quanto a política exterior do país. Este encontra-se em um momento ímpar de plenipotência, firmado em seu entendimento como potência única no mundo e aproveitando um crescimento econômico que pode ser considerado fabuloso. Entretanto, isto não se reflete como seria de se esperar em uma sensação interna de bem-estar, ao mesmo tempo entende-se a posição externa dos Estados Unidos como estando ameaçada pela configuração que um mundo Pós-Guerra Fria poderia tomar.

---

<sup>51</sup> BUSH, George Walker **Address Before Joint Session of the Congress on the State of Union**, 2002.

As primeiras reuniões de alto nível dentro do Conselho Nacional de Segurança sobre como se organizaria uma intervenção no Iraque, no panorama onde já se desenhavam ações incisivas desta nova política externa, começam a ocorrer somente um mês após o envio das tropas para a operação “Enduring Freedom” no Afeganistão.

Para melhor entender em que consistiu o processo decisório que levou os Estados Unidos a eleger o Iraque como grande inimigo, faz-se necessário retomar o processo pelo qual seus tomadores de decisão entenderam o mundo, com os Estados Unidos inserido nele. Discute-se aqui os fundamentos ideológicos, a disputa pela narrativa e a maneira como o Iraque encaixa-se nesta, consequentemente levando em consideração o que significava o processo de reconstrução do país e seu papel sistêmico.

Também ao analisar o engajamento sistêmico dos Estados Unidos, este capítulo busca prover elementos dentro da análise bibliográfica para constituir uma análise que possa responder a uma dos objetivos específicos dentro deste projeto de pesquisa que é esclarecer a dinâmica de poder envolvida, buscando visualizar se este processo representa uma situação de um sistema acêntrico ante um conflito ou se constitui o projeto político dominante.

## **O neoconservadorismo: guia de ação para a intervenção**

Sendo George W. Bush e os formuladores de sua agenda política atores políticos inseridos em um meio e tempo, é notório que exista uma condicionante estrutural que influencie em sua ação, bem como na formulação da política externa e da agenda de defesa que passa a incluir o Iraque como um protagonista.

O conservadorismo e, por consequência, o neoconservadorismo, não são elementos que podem de ser considerados novos na política externa estadunidense. A presença e a influência desta doutrina já antecede a ascensão de Bush ao poder, uma vez que uma tendência ao pensamento conservador esteve presente na agenda de outros ocupantes da Casa Branca e justificou outras intervenções no passado.

A parte do ideário conservador não foi ouvida pela primeira vez para justificar políticas dos Estados Unidos, uma vez que esta extensão e manutenção do projeto de país é um elemento presente em muitas formulações de política exterior. Este modelo

neoconservador e neoliberal na Política Externa começou a emergir e ganhar força na administração Reagan, convertendo-se em uma prática duradoura dentro do aparelho de Estado estadunidense.

A base da doutrina conservadora está vinculada diretamente com a posição de um país, neste caso o Estados Unidos, frente ao mundo e a maneira como isto interfere na sua integridade e segurança. Possui uma relação profunda com sua segurança física, acesso a infraestrutura do próprio país e sua estabilidade, sem abandonar a defesa de certos valores que são primordiais que justificam a posição de um determinado Estado no sistema internacional. Desta maneira, torna-se necessário para os pensadores da política nos Estados Unidos incidir neste espaço para transformar as relações internas e desta forma criar um ambiente mais favorável ao Estados Unidos na região.

Nesta visão, a atual configuração política da região não beneficiava os interesses estratégicos dos Estados Unidos, uma vez que havia sido desenhada por meio da atuação de grandes potências europeias visando seus próprios interesses (à revelia inclusive dos desejos e dos projetos dos próprios povos árabes). Estas potências, que no período que seguiu a consolidação de Estados nacionais no Oriente Médio foram rapidamente superadas pelos Estados Unidos, ainda assim foram as responsáveis por implementar os desenhos institucionais e, com as devidas limitações, que haviam sido planejados frente a outra necessidade política. Os Estados Unidos, no entendimento de muitos analistas, não são diretamente beneficiados por este arranjo.

Estende-se, desta maneira, o espaço da segurança para além das fronteiras territoriais e a ação política de uma forma que antecipe a ação dos demais. Nesta ótica de ação, o discurso vale tanto quanto a ação se considerado uma ameaça pelos formuladores de política. Neste contexto, é desestabilizadora qualquer atitude que possa ameaçar uma ordem estabelecida.

A ideologia conservadora traz em si uma visão de que a raiz das ameaças que apresentavam Estados como Iraque e Afeganistão adivinha da condição que suas instituições se encontravam. Estas falhas geram uma onda de violência com motivação política contra os EUA. Desta forma, estes Estados precisavam ser reconstruídos, passando por um processo de transformação onde a ordem fosse imposta de maneira exógena.

Esta retórica justificava a ação imediata visando cessar estas pretensas hostilidades, bem como a gestão de problemas que poderiam depois reverberar na manutenção de um ambiente estável. Cabe, portanto, ao Estado com mais capacidades promover esta transformação e, portanto, a manutenção de uma ordem que promove como bem maior para os demais um sistema estável e próspero. Em um ambiente que ainda estava deixando claros seus contornos, passadas 5 décadas de Guerra Fria, os Estados Unidos buscavam entender qual seria seu papel e o que ameaçava a posição que ocupava.

## **As respostas dos EUA ao mundo**

Ao longo dos anos 1990, desenvolveu-se um processo de transformação profunda nos Estados Unidos e no mundo. Este foi influenciado pela transformação tecnológica do novo período e também por um ciclo de espantoso crescimento econômico, que beneficiou os Estados Unidos em uma extensão que ainda não havia sido imaginada e custava a ser compreendida. Vários elementos dentro do sistema, que envolviam a estabilidade dos Estados Unidos e sua relação direta com outros países do mundo passaram por uma transformação profunda e, com isso, passava a requisitar um posicionamento distinto do país frente ao mundo.

Dentro deste cenário, os Estados Unidos demonstraram grande capacidade de ação e beneficiava-se de uma posição tanto pelas transformações que aconteciam no mundo. A possibilidade de estender um sistema de liberalismo comercial com o acesso de mercados a quase todos os países do mundo com a possibilidade de trânsito de informações, pessoas e bens que estava sendo desenvolvida, representava uma profunda transformação em todo mundo. Ao mesmo tempo, criou novas ameaças que precisavam ser entendidas e novas perguntas que demandavam uma política que as respondesse.

A própria então assessora de Segurança para o Presidente dos Estados Unidos, que iria ocupar o cargo de Secretária de Estado ainda na administração de George W. Bush, afirmou que o período que se seguiu a queda da União Soviética, passava por um período de transição e incerteza. A certeza que havia, gerando uma consequente responsabilidade, assumir que os “Estados Unidos possuíam reconhecidamente uma



posição excepcional”<sup>52</sup> e que “o mundo se movia para uma abertura comercial e – de maneira desigual – democracia e liberdade individual”.<sup>53</sup>

Em um ambiente global que vivenciava ao mesmo tanto o fim da bipolaridade quanto entendia os efeitos da transformação dos meios tecnológicos que começavam a produzir efeito sobre as relações existentes, permitindo comunicações em tempo real e a transformação da movimentação de capital, recursos e pessoas. Segundo Rice, “a política estadunidense deveria ajudar a promover estas tendências positivas ao manter uma política externa disciplinada e consistente que separa o importante do trivial”.<sup>54</sup>

O neoconservadorismo emerge, portanto, como uma necessidade de reação política para preservar a estabilidade dos Estados Unidos das forças da modernização que foram libertadas pelo novo processo econômico e o desenvolvimento de novas tecnologias. Neste novo momento do mundo, havia a necessidade de proteger os valores e a integridade dos Estados Unidos.

Os valores que guiavam a política externa dos Estados Unidos possuem dois pilares centrais: **(1)** o primeiro era o unilateralismo, que provinha de um número crescente de analistas e tomadores de decisão questionando a necessidade de instituições multilaterais, pregando a preservação da soberania dos Estados Unidos enquanto condição sacrossanta que deveria ser preservada; **(2)** compromisso com a promoção da democracia enquanto elemento profundamente envolvido com a ideia de poder. Entretanto, um modelo muito específico de democracia que foi manufaturado e deveria ser promovido através da ação ostensiva dos Estados.

Esta visão de política refletia a ideia de que no momento que o mundo passava a viver os Estados Unidos, com uma responsabilidade para promover um equilíbrio global. Desta forma, estes compreendem uma responsabilidade que requeria preterir agendas multilaterais pelas dos Estados Unidos, que seria produzida como um efeito consequente. Ou seja, que “a perseguição estadunidense do seu interesse nacional irá criar condições que promovam liberdade, mercados e paz. Esta perseguição de

---

<sup>52</sup> RICE, Condoleeza **Campaign 2000** Promoting the National Interest Foreign Affaris Vol. 79 No 1 January/February 2001

<sup>53</sup> Ibidem.

<sup>54</sup> RICE, Condolezza. *Op. Cit.*

interesses ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, promovendo um mundo mais próspero e democrático. Isto poderia acontecer de novo.”<sup>55</sup>.

Como crítica à administração Clinton estava a suposta “ansiedade em comprometer-se com órgãos multilaterais” que o levava a tomar certas posições não para os melhores interesses e nem sempre preservando os valores que garantiriam uma posição vantajosa aos Estados Unidos. Em distintas ocasiões, os formuladores da política que ocupariam posições centrais durante a administração de George W. Bush não perdiam a oportunidade de criticar a falta de atitude por parte de Clinton com relação ao Iraque. Não haver derrubado Saddam Hussein, por mais que houvessem sido impostas severas sanções ao Iraque pela via das Nações Unidas continuou sendo considerado um grave erro estratégico.

## **Neoliberalismo e Neoconservadorismo em disputa**

A ideia de que os Estados possuem um direito a soberania inalienável e que este constitui uma base do funcionamento do sistema não começa a ser relativizada, pelo menos não em um patamar sistêmico, com o ideário neoconservador ou que com um projeto de intervenções militares extensas. Em realidade, há distintas práticas de capacidades que os Estado possuem e isso não permite um exercício isonômico da soberania.

Como dito anteriormente, a soberania é um elemento relativo do sistema internacional, dada a potência que difere ente os Estados, suas atuações dentro do sistema e a maneira como criam capacidades por suas características internas, constituídas tanto por suas capacidades políticas tanto por suas capacidades materiais.

Aliado ao conservadorismo que motiva e justifica a preparação para uma intervenção no Oriente Médio, o neoliberalismo predominava enquanto visão organizativa do mundo para os formuladores da política externa. Ou seja, se é necessário proteger a sociedade estadunidense, é também necessário diminuir as barreiras do acesso do mercado e também diminuir a capacidade dos demais Estados em tomar reações e posições.

---

<sup>55</sup> RICE, Condolezza. *Op. Cit.*

É necessário compreender as categorias analíticas, bem como a maneira como os analistas as priorizam para pensar a construção do modelo de mundo que guiará a ação dos formuladores de política externa e suas escolhas quanto ao Iraque.

A principal das categorias é o indivíduo, para os pensadores liberais tomado como principal sujeito do sistema e da base analítica, o mercado tido em categoria como um ambiente onde pode exercer-se plenamente estas liberdades para criar mecanismos de produção e distribuição de riquezas, sendo deixados livres permite aos indivíduos escolher a condução dos meios de produção com autocontrole, prudência e diligência. O Estado, por sua vez representa uma entidade para organizar certos elementos desta equação, mas assombra o ideário liberal com a possibilidade de exceder-se em suas capacidades e tornar-se autoritário. A democracia seria o único mecanismo que permite aos indivíduos escolher suas lideranças e controlar o Estado, para que este não limite suas liberdades e as benesses que venham a ser produzidas pelos mercados.

A capacidade nociva de um Estado totalitário, disposto a tomar decisões erráticas ou a financiar grupos terroristas foi apresentada desde um princípio como um dos elementos que tornavam aqueles que compunham o “Eixo do Mal” mais perigosos.

Nos casos que são usados pelos pensadores da política de segurança da administração de Bush, sempre o Estado é o inimigo a ser enfrentado, por ser quem toma as atitudes para desequilibrar o ambiente internacional ou permite que outros grupos o façam. Principalmente, “dois tipos de estados problemáticos, o fracassado e o desonesto; aqueles que eram ou muito fracos para impor novas responsabilidades às suas populações ou estados que simplesmente se recusavam a ser coagidos.”<sup>56</sup>

No caso do Iraque, este foi distintas vezes identificado como que apoiava o terror, tendo algo que esconder da comunidade internacional pelo comportamento que demonstrava. Converteu-se no imaginário dos formuladores de política nos Estados Unidos como o “poderoso símbolo de um Estado de terceiro mundo desafiador.”<sup>57</sup>

Uma cartilha de redução do Estado, fundamento nas ameaças que este representava por tomar decisões nocivas e agir contra o interesse de um equilíbrio

---

<sup>56</sup> DODGE, Toby Iraqi Transitions: From Regime Change to State Collapse. Third World Quarterly, Vol. 26, No. 4/5, **Reconstructing Post-Saddam Iraq: A Quixotic Beginning to the 'Global Democratic Revolution'** (2005) p. 706

<sup>57</sup> Ibid

global não surgiu junto com esta agenda de segurança. Em verdade, era um processo que o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional haviam levado para distintos continentes, com modelos de gestão que estariam prontos para ser aplicados e aplicando estes modelos teoricamente “mais eficientes”, mantendo uma noção de que o modelo liberal de certos países poderia prover soluções independente da estrutura historicamente construída vigente em outros.

O neoconservadorismo foi responsável em vários aspectos pela concepção das ameaças e da forma como Estados Unidos deveriam portar-se frente a esta ameaça. Principalmente no âmbito interno, foi a guia que levou o país ao conflito, sobretudo em identificar ameaças que se apresentavam e o “excepcionalismo” estadunidense. O neoliberalismo foi a base para a compreensão de como funcionava o mundo e dos valores a ser defendidos através do exercício das capacidades que se possuía.

Ao compreender a ação dos tomadores de decisão dos Estados Unidos e a política que perseguiram, é necessário levar em consideração este panorama teórico e os conceitos que utilizarão para responder ao problema que identificam no Iraque. A agenda de segurança dos Estados Unidos para o mundo tem uma aproximação baseada em conceitos e preceitos ideológicos claros.

## **A soberania na agenda internacional dos Estados Unidos**

A soberania dos Estados ganha um lugar secundário neste momento em que Bush persegue a sua política externa. Não é, de uma maneira geral, qualquer soberania que está sendo colocada em questão. No caso, são os Estados mais recentes dentro do sistema internacional que sofrem mazelas justificáveis de intervenção.

Para os Estados que pertenciam ao “Eixo do Mal”, ou seja, que reuniam as características e potencialidades para constituir uma ameaça mais grave aos valores e a posição que os Estados Unidos ocupam no mundo. São em sua maioria Estados periféricos, que vêm de um processo político marcado como uma das últimas ondas de independências que ocorreram no mundo.

Estados que não possuíam capacidade estrutural ou que usavam da capacidade adquirida para reprimir as suas populações foram identificados como o centro desta

ameaça. Estes, claramente, possuem uma característica específica, que é a de ser Estados que haviam sido constituídos como Estados modernos em uma das últimas ondas de independência, que eram Estados periféricos ou do chamado “Sul Global”.

A perspectiva da falência do Estado, as características e problemas que estes produzem refletem em muitos aspectos um ideário de que existe uma solução que pode ser produzida por meio da interação das forças sociais dentro do Estado que era identificado enquanto problema. Neste sentido, defende-se a retórica de que seria possível aportar um modelo exógeno preparado e reestruturar estas estruturas.

### **Soberania até onde?**

O sistema de Estados é definido como um ambiente onde os entes que estão relacionando-se possuem uma característica principal: soberania. Com base a esta capacidade que os Estados possuem para relacionar-se entre si. Desta maneira, sempre haverá Estados mais estruturados e aqueles que carecem de certas capacidades de força e capital, permanecendo mais vulneráveis a ingerência externa. A questão da preservação de valores. Possuindo estas entidades capacidades e interesses políticos distintos.

A soberania é a base de uma série de mecanismos que ajudam a estruturar o funcionamento do sistema internacional como o conhecemos, dentre eles está a institucionalidade de espaços multilaterais, como as Nações Unidas. Havendo uma transformação nas regras e necessidades do convívio, este também leva uma transformação para as instituições que o compõe. No caso, esta política de segurança que relativiza o aspecto da soberania, enquanto existem uma série de valores a serem observados e que justificam intervenção direta e unilateral.

Dentro da estrutura da comunidade dos Estados, que é marcada pela presença de uma autonomia, ainda que relativa, como um de seus fatores ordenadores. Em sua nova agenda de segurança, conseqüentemente no posicionamento dos Estados Unidos frente a maneira como organizava-se o mundo “o ‘direito’ à soberania passava a ser

garantido somente quando um Estado cumprisse com essa ‘responsabilidade’ à comunidade internacional”<sup>58</sup>.

Os Estados Unidos preparam-se, desta maneira, para entregar um pacote de valores que mitigaria o sofrimento do povo iraquiano e anularia a presença ameaçadora do Iraque no ambiente internacional. Para tal, era necessário fazer uma reforma completa do Estado iraquiano, trocando tanto a elite política que vinha gerando esta linha de pensamento agressiva ao Sistema como um todo, quanto reduzindo as capacidades do Iraque enquanto Estado em produzir ameaças e reprimir sua própria população. Propõe-se por meio desta tarefa, a uma tarefa que era profundamente ambiciosa “reformular as instituições do Estado e reformar a interação destes com a população”<sup>59</sup>.

## O Estado dentro de um sistema unilateral

A justificativa da invasão reside em um ator primário: o Estado. O que permite a constituição da ameaça que se levanta perante os Estados Unidos e o mundo é a presença de um aparelho estatal pujante o suficiente para que tais condições sejam gestadas em seu meio. Não houvesse uma estrutura que possuísse tais capacidades, esta seria mais facilmente controlada pelo seu próprio povo, que não tomaria decisões que possam ser prejudiciais a sua própria população.

O ideário que orienta o processo de ocupação do Iraque e sua consequente reconstrução é, ao contrário da formulação da política externa, eminentemente neoliberal. Assumindo que a redução de um Estado tirânico e a conexão da população iraquiana com mercados globais, outros meios de comunicação e valores como liberdade ou democracia transformaria o ambiente político. Desta forma estes Estados poderiam inserir-se melhor no sistema internacional, tornando o ambiente mais equilibrado e pacífico.

Para classificar este tipo específico de Estado que ameaçava os demais e contra os quais deveriam agir para manter a ordem criou-se a categoria de Estados falidos

---

<sup>58</sup> DODGE, Toby **Intervention and dreams of exogenous statebuilding**: the application of Liberal Peacebuilding in Afghanistan and Iraq. *Review of International Studies*, 39, pp. 1189-1212

<sup>59</sup> DODGE, Toby. US Intervention and Possible Iraqi Futures. **Survival**, Vol. 45, no. 3, Autumn 2003, p. 103-122.

(rogue/failed States). Esta categoria é profundamente vaga, levantando questões que geralmente estão ligadas a incapacidade do corpo político que deveria tomar decisões sobre um determinado território de cumprir com estas tarefas.

No caso particular do Iraque, os Estados Unidos assumiam haver uma estrutura funcional de Estado, o que facilitaria o processo de reconstrução inclusive, tornando-o menos custoso e extenso, poupando vidas e esforços. Levando esta hipótese como um ponto positivo, servia para salientar o fato de que o regime de Saddam Hussein havia desenvolvido um Estado que operava restringindo totalmente a liberdade dos indivíduos do seu país, negando-lhes em primeiro momento um exercício de garantias básicas.

Entretanto, a retórica política sobre a segurança e as ameaças do mundo moderno que passam a ser discutidas após os atentados de 11/9 passam de uma “intervenção humanitária” como justificativa primária para incluir “combate ao terrorismo” e “armas de destruição em massa”, assim “ao conceito ‘Estado falido’ foi dado um escopo mais amplo para incluir Estados como o Iraque, que supostamente ameaçavam os Estados Unidos com armas de destruição em massa e terrorismo”<sup>60</sup>. Defendia-se em sentido amplo o exercício do direito à liberdade pelos indivíduos, uma vez que o Estado do Iraque não compactuava com estes valores base, tomando atitudes que ameaçavam a estabilidade do sistema internacional, apoiando ou mesmo sendo coniventes com a operação de grupos terroristas em seu território.

Nesta nova interpretação, os Estados não precisam necessariamente ser incapazes de cumprir suas tarefas básicas ou “fracos”, entretanto representam uma ameaça por serem tirânicos, autoritários, totalitários, agressivos, desta forma também haveriam “falhado” aos olhos de sua capacidade de convivência na comunidade internacional.

A política de segurança adotada através desta perspectiva do interesse de uma grande potência e de suas consequentes responsabilidades sobre a manutenção da ordem no sistema internacional trouxe reflexos profundos sobre a estabilidade do Oriente Médio.

---

<sup>60</sup> CHOMSKY, Noam. **Failed States**. The Abuse of Power and The Attack on Democracy, Nova Iorque: Metropolitan Books, 2006. P. 89

## ***O Afeganistão***

O Afeganistão foi objeto de uma política de intervenção imediatamente em seguida aos ataques contra os Estados Unidos ocorridos em setembro de 2001. Em 18 de setembro do mesmo, o Congresso dos Estados Unidos aprovou a Resolução Conjunta 23. A medida autorizava o presidente a “usar toda a força necessária e apropriada contra aquelas nações, organizações ou indivíduos que ele determine que cometeram ou ajudaram os ataques terroristas ocorridos em 11 de setembro de 2001, ou contra aqueles que colaboraram ou abrigaram estas organizações ou pessoas”<sup>61</sup>.

Valendo-se desta autorização que a invasão do Afeganistão foi planejada com o objetivo de mitigar uma ameaça imediata, diretamente vinculada com o perigo imediato oferecido por atores infra-estatais, bem como com Estados que não possuíam capacidade ou interesse em controlar a ação dos mesmos. Uma vez que Osama Bin Laden e a Al-Qaeda haviam sido identificados como os mais prováveis responsáveis pela ação terrorista do 11 de setembro e o governo do Talibã o mantinha sobre proteção, ficou claro que o governo de Cabul se tornava um alvo primordial para qualquer tipo de operação deste gênero.

Desta forma, o Afeganistão tornou-se o primeiro teatro de ação militar da Operação “Enduring Freedom”. Gestada em coordenação entre os Estados Unidos e o Reino Unido, a ação militar foi apresentada como uma alternativa frente à negativa do Talibã durante negociações diplomáticas em entregar Bin Laden e outros prováveis responsáveis pelos atentados.

A operação tem início no dia 7 de outubro de 2001, em uma primeira fase consiste em ataques aéreos a bases do Talibã, obrigando o grupo a retroceder de suas posições militares e de controle. Estas primeiras ações abriram espaço para uma intervenção em solo, que permitiu as tropas estadunidenses e aliadas tomar controle da capital Cabul e da maior parte do país em novembro do mesmo ano, expulsando o Talibã e implementando um governo de transição no Afeganistão.

Mesmo após o reestabelecimento de um governo central eleito, o Estado afegão enfrenta persistentes problemas em controlar os distintos grupos que existem dentro de

---

<sup>61</sup> 107th Congress of the United States of America, Law 40-2001. Joint Resolution



seu território. O governo central do país é visto como excessivamente tecnocrata e com uma influência limitada fora de Cabul e de suas adjacências.

O Talibã não perdeu influência sobre muitos territórios, em determinadas regiões, é necessário ao Estado afegão valer-se da ação de outros grupos infra estatais para tentar mitigar a ação do Talibã.

Em distintos territórios, o controle da força e da segurança permanece a cargo de grupos difusos, o que produz uma dificuldade maior em produzir uma política a nível nacional. Ou mesmo para o governo em Cabul fazer valer as suas decisões sobre distintas parcelas de seu território.

### ***Iraque: projeto para um farol do liberalismo em uma região conturbada***

A configuração política do Oriente Médio, ou por uma outra perspectiva dos países Árabes, possui um processo particular construído através do tempo. Também, como qualquer região do mundo, possui a sua dinâmica de equilíbrio interno e um balanço nas relações dos países que convivem em proximidade. Desde o momento em que emergem os Estados independentes na região, estes tratam de lidar com uma dualidade evidente em sua estrutura: da identidade nacional moderna em confronto com uma identidade árabe mais ampla.

Henry Kissinger já destaca que dentro do Oriente Médio, o Iraque – para ele junto a Síria, que foi vitimada logo em seguida pela expansão dos conflitos existentes no interior do Estado iraquiano – é uma peça fundamental para a manutenção do equilíbrio da região. Desta forma, o que ocorre no Iraque interfere no balanço do Oriente Médio e reflete-se inclusive na agenda interna de muitos países, tal qual a crise política pela qual o país passa tende a estender sua crise para toda a região.

O país possui uma centralidade estratégica e influência sobre os demais na região por uma série de motivos, um deles é o peso demográfico. O Iraque possui uma população de 22 milhões de habitantes, significativamente maior que seus vizinhos sunitas e somente não alcançando demograficamente os 72 milhões de habitantes no Irã. Outro elemento é a divisão étnico religiosa do Iraque, com uma maioria expressiva de árabes xiitas, o país foi historicamente governado pela sua minoria árabe sunita, produzindo um tecido social onde o Estado não se conectava diretamente com seus

cidadãos ou constitua um espaço de projeção dos interesses políticos destes distintos grupos.

A posição do Iraque no Oriente Médio, localizado geograficamente entre os ricos países sunitas do Golfo e a grande potência xiita da região, o Irã, aumenta ainda mais o potencial para que este torne-se um campo de disputa para interesses diversos. Deste modo, ao abrir-se a possibilidade de uma transformação, isto naturalmente deixou apreensivos todos os países da região. As monarquias do Golfo com a possibilidade de perder um interlocutor sunita, outros como o Irã e o Hezbollah viram uma oportunidade única de haver uma transformação neste elemento específico do balanço de forças da região. David Wursmer, que posteriormente serviria como assessor de defesa para o vice-presidente Dick Cheney, chegou a afirmar que o Iraque é “o desenvolvimento interno do Iraque podem levar a uma mudança drástica do balanço estratégico do Oriente Médio”<sup>62</sup>.

A questão energética é ainda mais saliente ao pensar-se que o panorama da exploração petróleo pode transformar-se dentro das próximas décadas. Já nos dias de hoje, o Iraque representa um elemento essencial do fornecimento energético para a China, por exemplo. É impossível pensar uma estabilidade energética sem a participação do Iraque, isto passa por estabilizar o país e recobrar a produção em capacidades plenas através do reestabelecimento da infraestrutura no país.

A presença de um recurso natural e sua capacidade de produzir uma receita constante foi inclusive levada em consideração como um ponto favorável, esperava-se que fosse “usado para o bem e para uma efetiva reconstrução do país. Em um cenário otimista, um Iraque democrático com a segunda maior reserva de petróleo do mundo seria um grande farol da democracia. Em uma versão pessimista, a questão de quem controlaria o recurso anteciparia uma guerra civil”<sup>63</sup>. De fato, esta versão provou-se mais factível, ainda que ninguém pudesse prever o que seria o Estado Islâmico e como este se beneficiaria dos campos de petróleo de Mossul.

---

<sup>62</sup> WURSMER, David. **Tirany's Ally**: America's Failure to Defeat Saddam Hussein, Washington: AEI Press, 1999. p.178

<sup>63</sup> CATHERWOOD, Christopher. **Winston's Folly**: Imperialism and the creation of Modern Iraq. London: Constable, 2004, p. 113.

Este peso foi levado em consideração, isto não pode ser negado, ao pensar o que aconteceria após a invasão e inclusive para traçar as estratégias para o país, levando em consideração também a importância de intervir no que ocorria dentro do Iraque.

### ***Expectativas e problemas relacionados ao Iraque***

Ao pretender reformar a ordem local, a aposta residia em pôr em prática um projeto ambicioso que constituiria a narrativa dos Estados Unidos para a região. A instauração de um regime democrático e poderoso que operasse conforme a agenda estadunidense no Oriente Médio. Este cálculo levava em consideração o peso que o Iraque possui, tanto como um ator regional quanto enquanto uma peça fundamental na manutenção do equilíbrio energético para o mundo.

Quanto disto se refletiu em um efeito transformador real? O primeiro objetivo a ser elencado em um processo que deveria ser expresso de transformação foi alcançado de forma relativamente rápida: cessar as ações ameaçadoras que provinham tanto da retórica quanto da estrutura do governo de Saddam Hussein.

Houve uma transformação de fato na estrutura do Estado iraquiano, que passou do tradicional controle minoritário do Partido Ba'ath, jugo sob o qual havia permanecido praticamente toda sua existência, para caminhar a uma democracia ampla. O processo, que ignorou vários elementos da estrutura do país, teve o custo de um longo período de instabilidade que seguiu a invasão. Em termos de equilíbrio na região, o Iraque não se tornou um exemplo, mas o foco de problemas que eventualmente podem converter-se em crises regionais.

Sem um Estado central funcional, ou seja, ante a ausência do órgão que deveria tomar decisões políticas soberanas quanto aos cidadãos e ao que acontecia em território iraquiano, este tornou-se aberto à projeção de interesses de potências vizinhas. No relatório do “Iraq Study Group”, iniciativa bipartidária que foi realizada no Congresso dos Estados Unidos visando compreender tanto o caminho para o conflito quanto para a estabilização do Iraque, declarando que os Estados Unidos deveriam fazer um esforço coletivo para embarcar os vizinhos do Iraque no projeto da reconstrução do país<sup>64</sup>.

---

<sup>64</sup> BAKER, James A.; HAMILTON, Lee H. (Co-Chairs) **The Iraq Study Group Report**, p. 15.

Este entendimento compreende a ideia da importância que o Iraque possui para o equilíbrio regional, bem como a complexidade dos interesses envolvidos. Uma vez que a administração do Estado central foi derrubada, isto levou a ascensão de lideranças e interesses reprimidos. Dado a natureza da interdependência de alguns conflitos na região e parcelas da população, como os xiitas que possuíam uma identidade política mais profunda com o Irã do que com Bagdá, vêm à tona e cria a necessidade de lidar com estas demandas.

### *Síria*

O conflito na Síria ganhou os contornos da presente crise no país em um momento posterior ao que levou à invasão do Afeganistão e do Iraque. O conflito origina-se como uma Guerra Civil entre as forças do governo de Bashar Al-Assad e aliados locais contra grupos de oposição após as turbulências políticas que sucedem a Primavera Árabe, em 2011.

A Síria, como o Iraque no período que antecedeu a invasão liderada pelos Estados Unidos, é um país onde o Estado estrutura-se em torno de um grupo político étnico e socialmente minoritário no país. No caso dos alauitas, valendo-se também da estrutura do Partido Ba'ath local.

Apesar de não haver passado por um processo de invasão estrangeira como aconteceu com o Afeganistão e o Iraque, é notável a projeção dos interesses de grandes potências e outros atores regionais no conflito Sírio, sobretudo após episódios que preocuparam a comunidade internacional, como o massacre de Houla, ocorrido em março de 2012.

A intervenção das potências Ocidentais, apesar de não aplicar o discurso de mitigar uma ameaça imediata a seus territórios, vale-se da retórica que é necessário intervir para proteger a população local e evitar que o conflito na Síria aprofunde o desequilíbrio da região.

Após um extenso período de desentendimentos com a administração em Damasco, o governo do presidente Barack Obama oficialmente reconhece a Coalizão da Oposição Síria (grupo que vinha combatendo as tropas de Bashar al-Assad) como o governo legítimo da Síria.

O envolvimento inicial de potências estrangeiras no conflito da Síria restringia-se ao treinamento e apoio material a grupos que faziam oposição e combatiam as tropas leais ao governo do Partido Ba'ath no país. A política de intervenção também sustentada pela necessidade de transformar a estrutura do Estado no país, buscando reconhecer um grupo que representasse melhor o interesse das potências ocidentais e que cumprisse com determinações frente a comunidade internacional.

A atuação de tropas estrangeiras no terreno passou a ocorrer somente após deflagrar-se a crise com a atuação do Estado Islâmico na região. Em setembro de 2014, uma coalizão composta pelos Estados Unidos, Arábia Saudita, Bahrein, Jordânia, o Qatar e os Emirados Árabes Unidos lançou uma investida sobre tropas do Estado Islâmico e da Frente al-Nusra localizadas dentro de território sírio.

O primeiro ataque deliberado de Forças estadunidenses baseadas em território sírio a alvos leais ao governo de Damasco ocorreu somente em 2017, com um bombardeio a base de Shayrat. Desde então uma série de posições militares de tropas de Damasco.

Atualmente, a derrota e desarticulação do Estado Islâmico dentro da Síria é internacionalmente reconhecida. Após tropas árabes e curdas, apoiadas pela coalizão internacional que atua no país conseguirem retomar a cidade de Banghous no Leste da Síria. A localidade era reconhecida como a última base do grupo no país. Ainda que exista atividade esparsa do grupo pelo país.

A projeção de distintos interesses estrangeiros na Síria, que se reflete no apoio por parte do Irã e da Rússia ao governo em Damasco, uma ampla coalizão encabeçada por Estados Unidos, Reino Unido, França, Arábia Saudita e outras potências locais as forças rebeldes na região e também a ingerência da Turquia sobre forças leais a Ankara que controlam regiões do país.

Após quase 8 anos de conflito, a Síria representa um impasse frente a um projeto de reestruturação de seu Estado. Notavelmente, não houve um projeto vencedor do longo conflito e a instabilidade gerada pela emergência de um grupo infra estatal frente ao conflito generalizado demandou um forte esforço das partes para manter um mínimo equilíbrio na região.

## Conclusão

Desde o mandato britânico, o entendimento equivocado sobre a estrutura social do Iraque produziu uma série de políticas pouco eficazes que conduziram a situações de crises no país. No caso da invasão em 2003, os Estados Unidos buscavam produzir mudanças profundas no funcionamento do Estado. De forma semelhante aos seus predecessores britânicos no princípio do século passado, acreditavam poder promover uma transformação na base estrutural do sistema político iraquiano e rapidamente converte-lo um Estado estável no sistema internacional.

Os tomadores de decisão dentro da equipe do presidente George W. Bush possuíam desde antes de apresentarem-se para as eleições um entendimento sobre as transformações que o mundo passava e também pela posição que os Estados Unidos teriam frente a esses desafios. A visão que guiou estas decisões possui bases claras está baseada em um pressuposto ideológico neoconservador.

Esta agenda de segurança visava responder as necessidades de segurança e combater ameaças que passavam a urgir a partir dos atentados terroristas que em 11 de Setembro de 2001. Entretanto, não surge de improviso a partir do momento que ocorrerem os atentados, mas de uma extensa reflexão sobre o papel dos Estados Unidos no mundo, as ameaças que este enfrenta que vêm sendo discutida ao longo dos anos 1990 e vem como resposta para o contexto pós-Guerra Fria.

Os Estados Unidos vivenciaram entre os anos 1990 e este período uma situação ímpar na história. A única superpotência no período havia adquirido capacidades sem precedentes, possuindo crédito e recursos de capital bem como poderio militar para impor-se em qualquer região do mundo, como foi demonstrado nas invasões do Afeganistão e do Iraque. Para além da capacidade, dentro da condição de superpotência, a administração Bush ignorou um elemento basilar:

“O fundamento do primado estadunidense e da hegemonia da qual este se nutre e através do qual é implantado foi representado pela própria interdependência. Uma interdependência que deve ser gestado com atenção e através de um esforço constante.”<sup>65</sup>

---

<sup>65</sup> DEL PERO, Mario. **Libertà e Impero**. Gli Stati Uniti e il Mondo, 1776-2011 [Empire and Liberty. The United States and the World, 1776-2011], Rome-Bari, Laterza, 2011, 2nd ed. p. 395.

Ao reafirmar o excepcionalismo e a necessidade que os Estados Unidos possuíam de assumir funções de ação unilateral para solucionar problemas ou mesmo afirmar que se os Estados Unidos perseguissem unilateralmente seus objetivos isso produziria melhoras generalizadas gerou-se prejuízo a posição que visava-se preservar. A legitimidade as instituições, como as Nações Unidas e outras defendidas ao redor do globo simbolizavam valores de um ordenamento favorável aos Estados Unidos.

O Estado, nesta base de análise que guiou a política externa e de segurança, foi apresentado desde um princípio como um problema para ser resolvido. Porém, tratando-se de um modelo específico de Estado ou de Estados, bem como de comportamentos específicos que estes devem ter para que sua soberania seja reconhecida e aceitável.

Mesmo Kissinger imaginava que alterações internas eram necessárias para lidar com a relação que os Estados Unidos possuíam com o Iraque. Entretanto, quando este afirma que “quando espaços não são governados em sua integridade, a ordem internacional ou regional propriamente dita começa a desintegrar-se”<sup>66</sup>. Ou seja, não conseguir reagir ao que ocorreria uma vez que se provocasse uma mudança, poderia ter consequências profundas caso fosse criado um vácuo de controle sobre qualquer território. O impacto interno foi imediato e avassalador.

A condução, incluindo a justificativa para a intervenção no Iraque, está vinculada diretamente as matrizes ideológicas claras. Uma vez que na sua condição de potência hegemônica os Estados carreguem a responsabilidade de promover equilíbrio no mundo e sustentar uma série de valores vinculados a este equilíbrio, o insucesso em conseguir produzir o equilíbrio no Iraque produz efeitos mais profundos. Estes compromissos ideológicos levaram a administração Bush a buscar a invasão do Iraque e também conduziram a maneira como reconstrução seria pensada.

O resultado da intervenção no Iraque, ao invés de promover uma reconfiguração do Iraque e da dinâmica política do Oriente Médio que era imaginada e ansiada nos programas de segurança, aprofundou um ambiente de incerteza. Levou ao aumento das disputas na região, o conflito transbordou posteriormente e desestabilizou a vizinha

---

<sup>66</sup> KISSINGER, Henry. **World Order** Reflections on the Character of Nations and the Course of History Londres: Penguin, 2014. p. 143

Síria, chegando em um determinado momento a produzir uma ameaça global que provia claramente deste desdobramento, com a ação do Estado Islâmico.

Não é infactível afirmar, como o fazem Mohammed Ayoob e Matthew Zierler, que “não fosse a insurgência e a consequente insegurança no Iraque, os Estados Unidos por um lado e França e Alemanha pelo outro, teriam reconciliado suas diferenças muito mais cedo e trabalhado em conjunto no Iraque através de distintos instrumentos e instituições multilaterais”<sup>67</sup>.

Ainda que exista uma complexidade maior, que envolva desde a negação do envolvimento de um mecanismo multilateral, no caso as Nações Unidas, a escolha dos Estados Unidos por não envolver estes mecanismos torna a rejeição ao seu projeto para a região ainda mais profunda. Também torna difícil a o diálogo com outros atores visando obter suporte da comunidade internacional para reconstruir o Iraque. A perspectiva de unilateralismo tornou mais profunda as diferenças com outros países e gerou protesto na comunidade internacional.

Entretanto, o Iraque converteu-se em uma “peça central da política externa estadunidense, influenciando como os Estados Unidos são vistos na região e no mundo”<sup>68</sup>, a consequência deste processo é entender que “sendo que os eventos no Iraque foram produzidos por decisões e ações estadunidenses, o Estados Unidos possuem o interesse nacional e moral em fazer com que o Iraque tenha oportunidade de evitar a anarquia”<sup>69</sup>.

---

<sup>67</sup> AYOOD, Mohammed; ZIERLER, Matthew. **The Unipolar Concert** Unipolarity and multilateralism in the age of globalization In: THAKUR, Ramesh; SINGH SIDHU, Waheguru Pal **Iraq Crisis and World Order** The Structural, Institutional and Normative Challenges, Nova Iorque: United Nations University Press, 2006. p. 66.

<sup>68</sup> BAKER, James A., HAMILTON, Lee H. (Co-Chairs) **The Iraq Study Group Report**

<sup>69</sup> Ibidem



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das transformações ocorridas no sistema internacional no período que sucede o fim da Guerra Fria e a atuação dos Estados Unidos no sistema internacional enquanto potência hegemônica é notável que o Estado não passa a ser um paradigma superado, ao contrário apresenta-se cada vez mais presente em distintos projetos políticos ao redor do globo.

O Estado não se encontra superado como entidade organizadora do sistema, tampouco é possível identificar que sua degradação possa ter efeitos permanentes sobre a dinâmica do sistema internacional.

Enquanto entidade organizadora, capaz de ordenar a divisão de trabalho, o uso de força e as cadeias produtivas dentro do Sistema Mundo capitalista, o Estado demonstra capacidade de coexistir com as mudanças que ocorrem ao longo do período histórico recente, a partir de princípios da década de 1990 até os dias atuais.

Entretanto, ao analisar o processo de tomada de decisão e as consequentes agendas políticas que passam a partir de uma escolha política que visa tomar o equilíbrio dos Estados enquanto necessários para o balanço de poder internacional e relativizar a soberania para aumentar a influência das potências hegemônicas sobre a tomada de decisão e a estrutura dos Estados.

Ainda assim, ao analisar a tomada de decisão dentro da política externa das potências que se preocupam com esta agenda de segurança, é notório que em nenhum momento a superação ou alteração do Estado é buscada. Uma gestão sobre a estrutura de determinados Estados, visando converter estes em entidades que se insiram no sistema internacional de uma maneira determinada ou que possam promover um ordenamento que se alinhe melhor ao que é almejado por determinadas potências é o objetivo perseguido em distintas intervenções.

Entretanto, ao dialogar com aspectos históricos e de disputa de grupos políticos locais, das quais o Estado é espaço de projeção e consolidação, por vezes os objetivos alcançados estão longe do ideal pensado.

O caso dos Estados periféricos, sobretudo no Oriente Médio e na África (apesar do último não ser objeto direto deste estudo) são exemplos claros de como os Estados constituem-se enquanto objetos com funcionalidade específica dentro do sistema que estão inseridos, no caso o Sistema Mundo capitalista. Seu estudo é necessário para compreender os efeitos históricos e também as consequências das escolhas políticas que recaem sobre a região.

Distintos casos, como são os exemplos de Afeganistão, Iraque e Síria, demonstram como elementos históricos constitutivos das sociedades nas quais estes Estados passam a existir dialogam e, por vezes, opõem-se a projetos e influências exógenas.

O modelo de construção de Estados pela via liberal, galgado em uma política de segurança que emerge a partir do princípio dos anos 2000 trazendo uma relativização sobre a soberania e capacidade não necessariamente produz os efeitos almejados e também o resultado varia de acordo com a dinâmica política de cada sociedade local.

Este trabalho abre, portanto, a possibilidade de aprofundar tanto o estudo do debate teórico quanto da revisão histórica dos processos que levam cada um dos casos estudados a apresentar-se da maneira como estão observados.

O trabalho aponta também para novas fontes de pesquisa e fundamentação, que devem basear uma revisão do processo histórico de cada um dos casos de estudo adotados para compreender como seus processos históricos criam uma condição que reflete no seu equilíbrio interno, bem como estes sendo palco de uma intervenção da potência hegemônica produzem efeitos distintos que são refletidos no equilíbrio do Oriente Médio e em um aspecto mais amplo no equilíbrio global.

Ao observar o processo de intervenção que é motivado pela política de segurança dos Estados Unidos a partir de princípios dos anos 2000, que traz em sua base argumentativa uma relativização da soberania do Estado.

Por razões distintas os três Estados analisados neste trabalho foram submetidos a processos de intervenção estrangeira e restrição de sua soberania. Também foram diferentes os resultados destes processos, mas estes permitem compreender como o Estado permanece relevante enquanto instituição no sistema internacional.

A análise contida neste trabalho permite ao leitor aprender com mais profundidade sobre a construção de Estados no Oriente Médio. Por entender o processo histórico dos países que passam por uma formação tardia e como as distintas dinâmicas sociais que existem no interior de cada país impactam a realidade dos mesmos.

O estudo sobre o Oriente Médio que motiva e está presente em vários momentos deste trabalho nos permite entender, sobretudo ao analisar o processo de formação tardia de Estados-nação. Traçando linhas mais claras dos impactos que produzem as políticas de potências hegemônicas sobre a estruturação dos Estados periféricos.

Também permitem compreender a relevância de analisar os Estados como entes produzidos historicamente e como as dinâmicas sociais em seu interior. Como, através da relação que estabelecem e das disputas que promovem os distintos grupos de interesse estes constituem no Estado um espaço de projeção dos seus diversos objetivos e cristalizam a sua disputa.

Ainda, olhando o exemplo das intervenções internacionais realizadas pelos Estados Unidos tomando por base a política de segurança defendida pela administração de George W. Bush, o entendimento do Estado e de sua estrutura possuem um papel central.

Ao invadir Iraque, havia a expectativa que pudesse ser realizado um “transplante de cabeça”, com a remoção do governo liderado por Saddam Hussein a estrutura estatal poderia servir de base ao estabelecimento de um novo governo. Sem levar em consideração a estrutura social do Iraque e como o Ba’ath de Hussein constituía um governo de minorias, a falta de compreensão do Estado enquanto ente histórico contribuiu para problemas futuros que a coalizão viria a enfrentar no Iraque.

## REFERÊNCIAS e BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABDULLAH, Thabit A. J. **Dictatorship, Imperialism and Chaos** Iraq Since 1989. Nova Scotia: Fernwood Publishing, 2006.

AHMED, Akbar. **Discovering Islam**. London: Routledge, 1988.

ALLAWI, Ali **Faisal I of Iraq**. Nova Iorque: Yale University Press, 2014.

AMIN, Samir. **Capitalism in the Age of Globalization: The Management of Contemporary Society**. Nova Iorque: Zed Books, 2014.

ARRIGHI, Giovanni. **Il Lungo XX Seccolo: Denaro, Potero e le Origini del Nostro Tempo** – Milão: Il Saggiatori, 2014.

AYOOD, Mohammed; ZIERLER, Matthew. The Unipolar Concert Unipolarity and multilateralism in the age of globalization *In*: THAKUR, Ramesh; SINGH SIDHU, Waheguru Pal. **Iraq Crisis and World Order** The Structural, Institutional and Normative Challenges. Nova Iorque: United Nations University Press, 2006. p. 66.

BAKER, James A., HAMILTON, Lee H. (Co-Chairs) **The Iraq Study Group Report**.

BATATU, Hanna. **Old Social Classes and Revolutionary Movements in Iraq: A Study of Iraq's Old Landed and Commercial Classes and of its Communists, Ba'athists and Free Officers**. Nova Jersey: Princeton University Press: 1978.

BATATU, Hanna. **The Egyptian, Syrian and Iraqi Revolutions: Some observations on their underlying causes and social character**. "Inaugural lecture of the Shaykh Sahah al-Salem al-Sahah chair". Michigan: Georgetown University, 1984.

BATTISTELLA, Dario. **Théories des relations internationales**. Paris: Presses de Sciences Po, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Globalization, nation-state and catching up **Brazilian Journal of Political Economy**, vol. 28, nº 4 (112), pp. 557-576, October-December/2008

BUSH, George Walker. **Address Before Joint Session of the Congress on the State of Union**, 2002.

CABLE, Vincent. The Diminished Nation-State: A Study in the Loss of Economic Power. **Daedalus**, Vol. 124, No. 2, What Future for the State? (Spring, 1995), p. 23-53.

CATHERWOOD, Christopher. **A Brief History of the Middle East** From Abraham to Arafat. Nova York: Carroll & Grad Publisher, 2006.

CATHERWOOD, Christopher. **Winston's Folly: Imperialism and the creation of Modern Iraq**. London: Constable, 2004.

CHOMSKY, Noam. **Failed States: The Abuse of Power and The Attack on Democracy**. Nova Iorque: Metropolitan Books, 2006.

- DEL PERO, Mario. **Libertà e Impero**. Gli Stati Uniti e il Mondo, 1776-2011 [Empire and Liberty. The United States and the World, 1776-2011], Rome-Bari, Laterza, 2011, 2nd ed.
- DEVLIN, JOHN F. The Baathi Party Rise and Metamorphosis. **The American Historical Review**, vol. 96, n. 5 (Dec. 1991), p. 1396-1407.
- DODGE, Toby. Intervention and dreams of exogenous statebuilding: the application of Liberal Peacebuilding in Afghanistan and Iraq. **Review of International Studies**, 39, p. 1189-1212.
- DODGE, Toby. **Inventing Iraq: The Failure of Nation Building and History Denied**. Nova York: Columbia University Press, 2003.
- DODGE, Toby. Iraqi Transitions: From Regime Change to State Collapse. **Third World Quarterly**, vol. 26, no. 4/5, Reconstructing Post-Saddam Iraq: A Quixotic Beginning to the 'Global Democratic Revolution' (2005) p. 705-721.
- DODGE, Toby. US Intervention and Possible Iraqi Futures. **Survival**, vol. 45, no. 3, Autumn 2003, p. 103-122.
- FAROUK-STUGLET, Marion, FAROUK, Peter. **Iraq Since 1958: From Revolution to Dictatorship**. New York: I.B. Tauris, 2001.
- FUKUYAMA, Francis. **Political Order and Political Decay: From the Industrial Revolution to the Globalization of Democracy**. Nova Iorque: Farrar, Straus and Giroux, 2014.
- GALVANI, John. The Baathi Revolution in Iraq. **MERIP Reports**, no. 12 (Set-Oct 1972) Middle East Research and Information Project in contemporary Arab studies, Georgetown University, January 1993.
- GERTH, H. H. and MILLS, Wright C. **From Max Weber: Essays in Sociology**, p. 77-128. New York: Oxford University Press, 1946.
- GOLDSTEIN-SABBAH, S.R. e MURRE-VAN DEN BERG, H.L. **Modernity, Minority, and the Public Sphere: Jews and Christians in the Middle East** <sup>[1]</sup><sub>SEP</sub>
- GUEHENNO, Jean Marie. **La fin de la démocratie**. Flammarion: Paris, 1993.
- FAROUK-SLUGLETT, Marion e SLUGLETT, Peter. **Iraq Since 1958 From Revolution to Dictatorship**. Londres: I. B. Tauris Publishers, 2001.
- HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- HASHIMI, Rasool M H e EDWARDS, Alfred L. Land Reform in Iraq Economic and Social Implications. **Land Economics**, vol. 37, no. 1 (Fev. 1961). University of Wisconsin Press.
- HASHIMI, Rasool M H e EDWARDS, Alfred L. Land Reform in Iraq Economic and Social Implications. **Land Economics**, vol. 37, no. 1 (Fev. 1961). University of Wisconsin Press.
- HOURANI, Albert. **A History of The Arab Peoples**. Harvard University Press, 2002.
- KAYOGLU, Turan. Westphalian Eurocentrism in International Relations Theory **International Studies Review**, vol. 12, no. 2 (June 2010), p. 193-217.
- KISSINGER, Henry. **World Order** Reflections on the Character of Nations and the Course of History. Londres: Penguin, 2014.

- MANELA, Erez. **The Wilsonian Moment**. Nova York: Oxford University Press, 2007.
- MARR, Phebe. **The Modern History of Iraq**. Nova Iorque: Avalon Books, 2012.
- MÜLLER-SOMMERFELD, H. **The League of Nations A-Mandates and Minority Rights during the Mandate Period in Iraq (1920–1932)** In: Goldstein-Sabbah, S.R. e Murre-van den Berg, H.L. **Modernity, Minority, and the Public Sphere: Jews and Christians in the Middle East**<sup>[17]</sup><sub>SEP</sub>.
- NYE, Joseph S. **Is the American Century Over?** New York: Polity Press, 2015.
- POLK, William R. **Understanding Iraq**. Nova York: HarperCollins Publisher, 2005.
- RICE, Condoleeza. Campaign 2000: Promoting the National Interest. **Foreign Affairs**, Vol. 79 No 1 January/February 2001
- RICHMOND, Oliver P. **Failed Statebuilding**. New Haven: Yale University Press, 2014.
- ROUSSELIR, Nicolas. Déconstruire l'État Nation. Travaux et discussions. **Vingtième Siècle. Revue d'histoire**. N. 50 (Apr-Jun 1996), p. 13-22.
- SCHMIDT, Sebastian To Order the Minds of Scholars: The Discourse of the Peace of Westphalia in International Relations Literature. **International Studies Review**, Vol. 12, No. 2 (June 2010), p. 193-217.
- STERN, Jessica; BERGER, J. M. **Isis The State of Terror**. Nova Iorque: Harper Collins, 2015
- STOPFORD, John M, STRANGE, Susan. **Rival States, Rival Firms: Competition for World Market Shares**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1991.
- STRANGE, Susan **The Retreat of State** The diffusion of power in the world economy. Nova Iorque: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1996.
- STUENKEL, Oliver. **Post-Western World: How Emerging Powers are Reshaping Global Order**. Cambridge: Polity Press, 2016.
- THAKUR, Ramesh; SINGH SIDHU, Waheguru Pal. **Iraq Crisis and World Order: The Structural, Institutional and Normative Challenges**. Nova Iorque: United Nations University Press, 2006.
- TILLY, Charles. **As cidades e os estados na história do mundo**. In “Coerção, Capital e Estados Europeus.” São Paulo, Editora da USP, 1996.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **World System Analysis Introduction: An Introduction**. London: Duke University Press, 2004.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Liberalism and Legitimation of Nation State: An Historical Interpretation. **Social Justice**, vol. 19, n. 1 (47), World Order, Power and Politics in the 1990's, p. 22-33.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **The End of the World as We Know it: Social Science for the Twenty-first Century**, University of Minnesota Press: London, 2004.
- WEBER, Max. Politics as Vocation. In: Gerth, H. H. and Mills, Wright C. **From Max Weber: Essays in Sociology**, pp. 77-128, New York: Oxford University Press, 1946. p. 77
- WURMSER, David. **Tirany's Ally: America's Failure to Defeat Saddam Hussein**. Washington: AEI Press, 1999.

ZUBAIDA, Sami. **Democracy, Iraq and the Middle East:** Open Democracy in contemporary Arab studies. Georgetown University, January 1993.